



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 281

DESENVOLVIMENTO: NOVAS E VELHAS (IN)CERTEZAS

Maurílio de Abreu Monteiro

Belém, Agosto de 2011

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 281

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

DESENVOLVIMENTO: NOVAS E VELHAS (IN)CERTEZAS

*Maurílio de Abreu Monteiro*¹

Resumo:

Os profundos e significativos processos de transformação disseminados a partir de países da Europa ocidental introduziram novas formas de organização da capacidade e potencialidade produtivas, de estruturação institucional e do agir social em praticamente todas as sociedades do planeta. Enfim, deles decorreram dinâmicas responsáveis pela “europeização” ou ocidentalização do globo, que se denominam de modernização, termo supostamente menos carregado de conteúdo etnocêntrico.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Estruturação institucional. Sociedade.

¹ Professor/pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPB.

“É possível que girinos inteligentes se resignem com a inconveniência de sua posição, ao refletir que, embora, a maioria vá viver e morrer como girinos e nada mais, os mais afortunados da espécie um dia perderão seu rabo, distenderão sua boca e estômago, pularão lepidamente para a terra seca e coaxarão discursos para seus ex-amigos sobre as virtudes pelas quais girinos de caráter e de capacidade podem ascender à condição de sapos. Essa concepção de sociedade pode ser descrita, talvez, como a ‘Filosofia do Girino’, um vez que o consolo que oferece para os males sociais consiste na declaração de que indivíduos excepcionais podem conseguir escapar deles [...]. E que visão da vida humana essa atitude sugere! Como se as oportunidades para a ascensão de talentos pudessem ser igualadas numa sociedade em que são desiguais as circunstâncias que os cercam desde o nascimento! Como se fosse natural e adequado que a posição da massa da humanidade pudesse ser permanentemente tal que lhe permitisse atingir a civilização escapando dela! Como se o uso mais nobre dos poderes excepcionais fosse bracejar até a praia, sem deixar deter pelo pensamento nos companheiros que se afogam”

(TAWNEY apud ARRIGHI, 1997, p. 220)

Introdução

Os profundos e significativos processos de transformação disseminados a partir de países da Europa ocidental introduziram novas formas de organização da capacidade e potencialidade produtivas, de estruturação institucional e do agir social em praticamente todas as sociedades do planeta. Enfim, deles decorreram dinâmicas responsáveis pela “europeização” ou ocidentalização do globo, que se denominam de modernização, termo supostamente menos carregado de conteúdo etnocêntrico.

Produz-se, de tal forma, a noção de modernização a partir de uma cisão, pela abstração, entre os processos que envolvem diversas mudanças sociais, culturais, produtivas e institucionais e a sua gênese como processo histórico. A modernização, dessa forma é um processo normalmente associado à crescente destruição das formas de estruturação sociais tradicionais, à ascensão do moderno capitalismo industrial e à crescente integração produtiva dos elementos da natureza e da tecnificação das estruturas produtivas. A modernização, então, é pensada como um conjunto de permanentes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que se interreferenciam reciprocamente,

vistas como intrinsecamente positivas e como se representassem, sobretudo, o amadurecimento das sociedades, mesmo tendo tais mudanças vingando integralmente em pouquíssimos países.

As multifacetadas manifestações da modernização, em termos da organização social, estão associadas à ampliação de poderes públicos, à consolidação e legitimação do estado nacional e à construção de uma rede de instituições na sociedade civil, a progressiva especificidade funcional na esfera política e a introdução mecanismos de racionalização crescente de todos os setores da sociedade. Racionalização, neste especial, apontada como a capacidade de otimizar os meios em relação aos fins que se quer alcançar, apartando técnica de fins. No que se refere a sua face econômica, a modernização representa a crescente mobilização de recursos, formação e concentração do capital, a permanente reorganização e racionalização do processo trabalho e o aumento de sua produtividade. De tal maneira que a modernização, por suposto, deve conduzir ao estabelecimento de sociedades alta e crescentemente tecnificadas, capazes de ampliar permanentemente o acervo de bens e o volume de serviços socialmente disponíveis. Em termos da organização espacial a modernização está associada à drástica e crescente urbanização e à redução da população rural.

Desta forma o que centralmente caracteriza as modernas sociedades, “as sociedades normais”, passa a ser aquela competência e capacidade social e econômica de mudar e crescer continuamente. Sendo tais sociedades portadoras, por conseguinte, de uma qualidade fundamental: a de se desenvolverem, configurando-se como exemplo de maturidade, que as outras sociedades devem seguir. Então, vive-se um período histórico no qual o presente

“a partir do horizonte dos ‘novos tempos’, se compreende a si próprio como a atualidade da época mais recente, e tem de assumir, como uma renovação contínua, a cisão que esses novos tempos levaram a cabo no passado” (HABERMAS, 1985, p. 18).

A pressuposição da necessidade e da positividade da mudança continuada, do progresso e do desenvolvimento assumem a condição de elementos axiomáticos no projeto das sociedades modernas, que devem rumar, inexoravelmente, em direção ao novo. A modernização implica, por conseguinte, que

“não pode existir, portanto, nenhum ponto fixo de referência para nosso ‘desenvolvimento’, um estado definido e definitivo a atingir; mas esse desenvolvimento’ é um movimento com uma direção fixa” (CASTORIADIS, 1987, p. 145).

Para Castoriadis (1987), chegamos à situação presente na qual

“o desenvolvimento histórico e social consiste em abandonar qualquer estado definido, em atingir um estado que não é definido por nada, exceto pela capacidade de atingir novos estados” (CASTORIADIS, 1987, p. 146) .

Assim a procura por transformações na sociedade - vinculadas por sua vez à busca de uma crescente racionalização - é inerente às sociedades modernas e são, em termos gerais, assimiladas socialmente como desejáveis. Isso conduz Souza (1996) a apontar, com razão, que

“clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como valor social” (SOUZA, 1996, p. 5).

Ao que se agrega o fato da modernidade ter se edificado sobre concepções de que é possível afastar todo o tipo de mistificação em relação ao mundo e que a natureza é passível de ser entendida e explicada por meio de leis gerais, capazes de captar estruturas e dinâmicas do funcionamento da natureza, o que possibilita controlá-la e sujeitá-la às necessidades do processo civilizatório. Neste contexto, almeja-se, permanentemente, atingir novos patamares do saber científico e tecnológico e fortalece-se a crença na ciência e na técnica como pressupostos do progresso, do desenvolvimento e da emancipação social, que se vincula também à “sujeição da natureza aos desígnios da sociedade”.

Assim nas sociedades modernas a ciência e a técnica se configuram como elementos decisivos para impulsionar desenvolvimento, especialmente porque a aplicação dos métodos da ciência moderna e suas descobertas são fundamentais articular permanentes metamorfoses na organização da produção social. De tal maneira que a sociedade moderna é matizada por uma lógica que parte do suposto que

“não há limites para a progressão de nosso conhecimento, tampouco os há para a progressão do nosso ‘poder’ e de nossa riqueza; ou dizendo de outro modo, os limites, onde quer que se apresentem, têm valor negativo e devem ser ultrapassados” (CASTORIADIS, 1987, p. 145).

A modernização também está profundamente vinculada à produção e validação de um conhecimento matizado pela interpretação e análise dos diversos fenômenos partindo do que neles é perceptível como “estruturado”, acessível a uma conceituação racional. Tal caminho metodológico para a produção do conhecimento científico valoriza, portanto, a indicação do ordenado, do mensurável e do previsível.

Assim nas reflexões gestadas na própria sociedade moderna acerca dos processos de desenvolvimento - basilares para o projeto das sociedades modernas - era evidente que se voltasse para inquirir e apontar os fundamentos racionais destes processos, o que há neles de ordenado, o que lhes imprime coerência etc. Tais “exigências heurísticas” corroboram ou mesmo impulsionaram que algumas postulações da ciência econômica assumissem papel de destaque na análise da realidade social. Interpretações que arguindo a racionalidade do comportamento econômico, a necessidade e possibilidade de fácil mensuração dos processos de econômicos, uma vez que dentre as atividades sociais “as econômicas” eram eminentemente mensuráveis, pois envolvem trocas, que os próprios atores sociais diretamente envolvidos quantificam, reconhecem, utilizam e validam. Conduzindo a elaboração de interpretações marcadas por um viés eminentemente crematístico dos processos de produção social e de suas dinâmicas de transformações.

De tais interpretações, baseadas em relações de determinidade, causalidade e racionalidade dos mecanismos econômicos derivavam modelos de predição de comportamentos e desdobramentos da ação social. Como parcela das atividades sociais, as atividades econômicas são abordadas como facilmente enquadradas as “metodologias” de “aferição científica”, e daí se fazia outro movimento no sentido de estender para o conjunto das dinâmicas sociais, aquelas derivadas da análise da dimensão econômica.

Este tipo viés metodológico produziu abordagens nas quais, na análise nos processos de desenvolvimento, ganha ênfase o aspecto econômico, em face de sua aparente facilidade de mensuração e predição. Postura que matizou a construção de teorias que avocam para si a capacidade de interpretar diversos fenômenos relacionados ao desenvolvimento. Teorias e modelos que ganham

legitimidade não só para predizer desdobramentos, mas também, para fundamentar estratégias de intervenção social que conduzam ao desenvolvimento das sociedades.

Evidentemente, nos marcos gerais da produção do conhecimento científico nas sociedades modernas, há elaboração paralela de diversos modelos - muitas vezes antagônicos - de abordagem dos problemas relacionados ao desenvolvimento social. Mas também parece haver câmbios mais gerais que influenciam a produção teórica em seu conjunto. Por exemplo, se os anos 1950 marcaram uma inflexão em direção a um crescente otimismo em relação ao poder dos postulados científicos no que se refere a sua capacidade de predição, de proposição de soluções para problemas; a partir dos anos 1970 foi notado o início de outra, no sentido oposto, diante das crescentes dificuldades de ordenar o mundo cientificamente, são perceptíveis a ampliação das manifestações que apregoavam a necessidade de, frente à complexidade de fenômenos de diversas ordens, se repensar as metodologias e mesmo os limites da própria ciência moderna. O que tem rebatimentos sobre as teorizações relativas à interpretação dos fenômenos vinculados ao desenvolvimento social e à possibilidade de planejamento.

Assim, se hoje, parece simplório atribuir como solução para diversas mazelas sociais estratégias de desenvolvimento vinculadas unicamente ao estabelecimento de condições para o incremento do crescimento econômico, ao que se vincularão automaticamente as benesses de uma sociedade moderna, não o era décadas atrás. Pelo contrário, de tal matriz analítica derivaram inúmeras teorizações que guiaram a ação social de importantes atores sociais. De forma similar, se presentemente, é corrente se afirmar que é necessário na teorização sobre o desenvolvimento estabelecer uma articulação entre as dinâmicas produtivas e os seus impactos ambientais, tal postulação que só tem ganhado ressonância acadêmica e social nas últimas duas décadas, sendo até pouco tempo uma discussão marginalizada. Pois a produção teórica tem vinculações e articulações com diversos parâmetros, em especial as condições históricas e sociais de sua elaboração. Portanto, não parece produtivo, por exemplo, criticar as postulações da chamada “economia de desenvolvimento” tendo por base as noções que se gestaram em torno dos recentes debates sobre o desenvolvimento sustentável.

Assim este trabalho pretende realizar a apresentação de algumas formulações das principais abordagens teóricas, especialmente as vinculadas a economia, que tiveram repercussão social tanto na análise, elaboração e condução de tentativas de estratégias de desenvolvimento; apontar inquietações que hoje perpassam e tencionam o debate em torno do desenvolvimento; e por fim, apresentar elementos de um modelo para a realização investigações de dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento.

Foge ao escopo do texto realizar uma recapitulação em torno da teorização do desenvolvimento enquanto um fenômeno sócio-cultural, debate que apenas tangenciado quanto se apontam algumas das reflexões sobre o mal estar hoje vivenciado com os rumos do desenvolvimento. Não se pretende, também, elaborar uma análise pontual dos impactos que as diversas formulações teóricas tiveram sobre a organização econômica e social bem como na intervenção de diversas estruturas institucionais e atores sociais. De maneira que a exposição das teorias vinculadas as tentativas estratégias de modernização, como também de algumas abordagens críticas, são apresentadas, fundamentalmente, para permitir uma indicação de como a teorização acerca do desenvolvimento tem sofrido significativos câmbios, e também como forma de facilitar a apresentação de alguns dos impasses hoje enfrentados na teorização do desenvolvimento.

Para tanto o texto recapitula os principais modelos analíticos que se gestaram no período posterior a segunda grande guerra, momento em que diversas abordagens relacionadas a interpretação de fenômenos relacionados ao desenvolvimento e de estratégias para alcançá-lo assumem uma crescente importância acadêmica e social, e que, globalmente, passam a nortear inúmeras políticas de desenvolvimento. Sumariando, por conseguinte, as principais formulações vinculadas ao que se denominou de “economia de desenvolvimento”, as formulações da CEPAL, as teorizações vinculadas às noções de dependência e imperialismo.

A ênfase no aspecto econômico do desenvolvimento

A realidade histórica da segunda metade do século XX evidenciava enormes diferenças entre os processos de desenvolvimento em curso no globo, expondo inúmeras mazelas que assolavam a maioria dos países do mundo, tornando evidente que o ‘progresso’ e o ‘crescimento’ não eram virtudes intrínsecas às diversas dinâmicas de modernização. O que era então percebido pela opinião oficial como um problema cuja origem residia no fato de algumas sociedades encontrarem-se em estágios “atrasados” do desenvolvimento social e a superação das mazelas era perfeitamente viável, tratava-se de desenvolver ou fazer com que estes países se desenvolvessem. Desenvolvimento aí entendido como aproximação da ordem social e econômica estabelecida em algumas daquelas sociedades em parcela da Europa Ocidental e da América do Norte, que em tese lhes possibilitava crescer economicamente indefinidamente.

De forma que as décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, em termos gerais, são marcadas pelo relativo otimismo em relação às possibilidades de generalização global do desenvolvimento, ganham também impulso as noções de “estágios” e regularidades como elementos explicativos da realidade social, e de que o desenvolvimento devia ser tratado como um processo que pode ser conduzido a partir da razão pura; ganha, por conseguinte, ênfase o suposto da eficácia do planejamento do desenvolvimento, que poderia ser alcançado através de uma racionalização sustentada pela metodologia científica. Para além disto, o desenvolvimento é fundamentalmente visto como um processo de mudanças e reestruturações econômicas, de maneira que o desenvolvimento, a despeito de fenômeno extremamente complexo, ganha uma conotação eminentemente econômica e é nesta dimensão do fenômeno que se concentram os esforços para a sua explicação e para a elaboração de estratégias para atingi-lo.

Assim

“quando, como o fim da guerra da Coreia, o antagonismo russo-americano pareceu se atenuar; quando também, a despeito de algumas sangrentas exceções, a “questão colonial” pareceu estar em via de solução mais ou menos pacífica, a opinião oficial começou a sonhar que havia sido encontrada a chave para os problemas humanos. Essa chave era o crescimento econômico” (CASTORIADIS, 1987, p. 136).

Vivia-se um momento histórico que serviu como moldura para o surgimento de diversas formulações teóricas acerca da interpretação e da elaboração de estratégias de desenvolvimento, que no item seguinte se procura apresentar.

Planejando o desenvolvimento: “a economia do desenvolvimento”

Naquele cenário que conjugava a reconstrução da Europa no pós-guerra, sob a égide do Plano Marshall, e a relativa incapacidade das teorias do *mainstream* da ciência econômica apresentarem uma explicação teórica capaz interpretar os crescentes desequilíbrios entre os países, genericamente conhecidos por atrasados ou subdesenvolvidos, ganham interesse inédito os estudos acerca das condições do desenvolvimento das nações capitalistas “atrasadas”, um tema que até então tinha seu

debate privilegiado por autores em sua maioria marxista². Nas décadas de 1940 e 1950 nasceram e se desenvolveram, então, formulações que apontavam causas e soluções para os desequilíbrios no desenvolvimento internacional. Repercutiram, assim, construções teóricas que se chocaram com um conjunto de pressupostos neoclássicos até então dominantes na interpretação de fenômenos relacionados aos processos de desenvolvimento³. O debate acerca dos desequilíbrios internacionais e do subdesenvolvimento ganha relevância acadêmica e um número significativo de interpretações.

Hirschman (1980) levando em conta dois aspectos básicos do campo da ciência econômica: aceitação da tese dos benefícios mútuos no comércio internacional e a negação das teses da *monoeconomia* - que ele indica aponta como rechaço a tese da *monoeconomia* a concepção de que a análise da economia dos países “subdesenvolvidos” importa em especificidades em relação aos países industrializados e “avançados”, devendo, então modificar-se em alguns aspectos importantes - desenvolve uma tipologia sobre as teorias do desenvolvimento da periferia durante os anos 1940 e 1950 que poderiam ser agrupadas, em função de distintas combinações em relação aos aspectos citados, em pelos menos três grandes campos: a economia do desenvolvimento, a economia ortodoxa e as teorias neomarxistas” (HIRSCHMAN, 1980, p. 1057).

² Lembre-se p. ex. que Marx usou recorrentemente a expressão desenvolvimento desigual, apontando que sociedades, países, nações e regiões desenvolvem-se segundo ritmos diferentes, noção a qual também se articulava a de que no capitalismo o crescimento cumulativo torna-se possível uma vez ultrapassado certo nível de acumulação de capital e da consolidação de um mercado de trabalho. No início do século Trotski (1978) estendeu este conceito de forma a abarcar um fenômeno mais complexo, o do “desenvolvimento desigual e combinado”. Uma vez que a economia dos países não industrializados vigorava a combinação de um setor “moderno” (muitas vezes dominada pelo capital estrangeiro) e um setor tradicional, e esta combinação restringia, por diversos motivos, o crescimento cumulativo. Nesse debate marxista destacaram-se, especialmente, as formulações de Rosa Luxemburgo (1976a) (1976b) - incluída por muitos na “escola do subconsumo” - que indicavam que o capitalismo para realizar a totalidade da mais valia necessita procurar um “terceiro” mercado que não fosse àquele circunscrito aos assalariados e aos próprios capitalistas, uma vez que o “mercado interno” cresce a uma velocidade menor que a acumulação de capital, este “terceiro mercado” seria, portanto, uma condição para a permanente acumulação de capital e a base de justificação da luta pela conquista de novos mercados e de um desenvolvimento desigual e não-simultâneo. Diferentemente de Luxemburgo (1976a), Lênin (1986) centrou suas atenções nas alterações qualitativas na natureza do desenvolvimento capitalista e indicou o papel decisivo que passam a ter os monopólios, o capital financeiro, a exportação de capitais e a divisão territorial do mundo entre potências capitalistas para construção das novas dinâmicas de reprodução ampliada do capital. Ele atribui uma importância significativa às exportações de capitais, uma vez que as oportunidades de investimento ficam cada vez mais raras no capitalismo do centro - em função da queda da taxa de lucros - surgem excedentes de poupanças que são investidos em outros espaços, onde, por um lado, a taxa de lucros do capital é maior, e por outro, o monopólio pode obter lucros mais elevados (LÊNIN, 1986, p. 621). Nesta abordagem, a nação não assume um papel de centralidade na elucidação dos mecanismos de desenvolvimento desigual, mas sim as alterações estruturais que se processam no âmbito da reprodução ampliada do capital.

³ Centralmente as diversas derivações da teoria das vantagens comparativas, inicialmente formulada por David Ricardo e que depois sofreu seguidos refinamentos chegando ao seu mais elevado grau de sofisticação com Paul Samuelson. Apontando que os padrões de especialização entre nações no comércio internacional em virtude de diferenças de produtividade do trabalho produziria benefícios mútuos para os países envolvidos nas trocas.

Tipos de teoria do desenvolvimento (anos 1950)

Posições centrais	Teses da monoeconomia		
	Aceita		Rechaça
Afirmção do benefício mútuo	Aceita	Economia ortodoxa	Economia do desenvolvimento
	Rechaça	Marx (?)	Teorias neomarxistas

Fonte: Hirschman (1980, p. 1057)

O desenvolvimento como decorrência do crescimento econômico equilibrado

No campo da chamada economia do desenvolvimento um dos nomes mais expressivos foi o de Paul Rosenstein-Rodan (1943/2010) que, desenvolvendo suas ideias tendo por base a análise do processo de industrialização de países do leste e sudeste europeus, destacava o pequeno tamanho dos mercados domésticos como um obstáculo ao desenvolvimento industrial e preconizava como alternativa de desenvolvimento a realização de um conjunto de investimentos numa ampla gama de indústrias, promovendo um *big push*. Apresentando, assim, uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização diversificada, efetuada num amplo conjunto de setores industriais, partindo do suposto que a criação de várias indústrias ao mesmo tempo, pela expansão da massa salarial e formação de um mercado suficientemente amplo, produziria um desdobramento que permitiria que cada uma delas encontrasse mercado. Por outro lado, haveria também a manifestação da interdependência no nível tecnológico e dos benefícios da complementaridade industrial. Desta maneira, se os investimentos em uma só indústria poderiam fracassar, a possibilidade de sucesso da industrialização vincula-se a realização um grande impulso.

Para Rosenstein-Rodan (1943/2010) “a criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco da insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduzira custos” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943/2010, p. 256). Esta industrialização diversificada encontrava possibilidade de efetivação através de massivos investimentos internacionais como também de empréstimos internacionais de capital.

Ragnar Nurske (1955), com formulações próximas as de Rosenstein-Rodan, argumentava que o lento crescimento do capital e da produção interrelacionam-se e se explicam mutuamente, originando-se de tais dinâmicas um “circulo vicioso da pobreza”. O baixo nível de renda e de consumo da maioria da população das sociedades subdesenvolvidas justifica a baixa propensão a investir, o que por sua vez entrava o crescimento da renda e do consumo, o baixo nível de produtividade, por sua vez, decorre da pequena quantidade capital de capitais empregados na produção, o que por sua vez decorre das diminutas dimensões dos mercados. Com base nesta matriz de raciocínio Nurskse afirma que: “um país é pobre porque é pobre” e continua a fim de elucidar seu raciocínio

“isso se assemelha a um jogo de palavras, mas expressa as relações circulares que afligem tanto a demanda quanto o lado da oferta do problema de formação de capital nas zonas economicamente atrasadas” (Nurkse, 1973, p. 174).

Para quebrar este círculo numa sociedade insuficientemente desenvolvida é necessário que a ela se imprima um “crescimento equilibrado”, o que requer uma “dieta equilibrada” (NURKSE, 1973, p.

176). Para ele a noção de equilíbrio, que é inerente à lei de Say⁴, tem um papel explicativo importante nos processos de desenvolvimento, quando diagnostica, por exemplo, que “todo aumento de produção se distribui sem erros de cálculo entre todas as classes de produtos na proporção ditada pelo interesse privado cria, ou antes constitui sua própria demanda” (MILL *apud* NURKSE, 1973, p. 176).

Tendo por base esta noção - da necessidade do crescimento ser efetuado de maneira equilibrada - aponta que

“um aumento na produção de calçados não cria sua própria demanda [mas] um aumento na produção de um amplo setor de bens de consumo, de tal modo equilibrado que corresponda ao esquema de preferências do consumidores, cria sua própria demanda” (NURKSE, 1973, p. 174).

Assim, se o investimento isolado nem sempre apresentar rentabilidade devido a pequena dimensão do mercado interno, a alternativa, por conseguinte, é promover um crescimento equilibrado, promovendo “ataque frontal”, “porquanto qualquer inversão razoavelmente grande em qualquer indústria pode ser desencorajada pelos limites do mercado existente” (NURKSE, 1973, p. 176).

Mas como atingir este crescimento equilibrado? Nurkse reconhece que em sociedades marcadas por uma dinâmica circular de reprodução da pobreza, o calculador implícito, representado pelo mercado, poderá ser substituído pelo planejamento governamental. Neste caso assim patrocinar este ataque frontal, é uma tarefa para a qual a intervenção estatal é bem-vinda, uma vez que se “esse crescimento equilibrado se realize através da planificação governamental, ou seja, alcançado espontaneamente pela empresa privada é, em certo sentido, uma questão de método (NURKSE, 1973, p. 176). Como nesses países há problemas na formação de capitais o estado assumiria um papel fundamental na conformação obrigatória de uma poupança coletiva, concentrando incrementos de renda e os canalizando em investimentos.

Advoga, desta maneira, a necessidade de políticas que possibilitem um crescimento balanceado - baseado na ampliação da magnitude global do mercado - como a panacéia para superar os problemas decorrentes de um mercado reduzido, aumentando o tamanho do mercado e criando estímulos adicionais aos investimentos industriais em termos gerais.

Nurkse, tal como Rosenstein-Rodan (1943/2010), privilegia a indicação do investimento como fator limitante ao desenvolvimento, adotando uma linha analítica na qual o subdesenvolvimento é um problema derivado da falta de investimento, que por sua vez, estaria relacionada a uma carência de capital ou falta de atratividade para investimento devido a baixa renda da população. Referem-se, assim a existência de um “círculo vicioso da pobreza”, que se caracteriza pela presença em países não modernizados de uma agricultura atrasada e de renda per capita baixa o que acarreta uma reduzida capacidade de geração de poupança decorrendo daí a não geração de fundos para investimentos, limitações para a modernização, e para o aumento na produtividade.

Existindo de tal forma um estado de equilíbrio em torno da situação de subdesenvolvimento que é capaz de ser rompido através da intervenção de forças exógenas, gestando-se assim um *big push* para reverter situação de inércia. Para isto Rosenstein-Rodan (1943/2010) e Nurkse (1955) defendem que a

⁴ Postulação da teoria econômica neoclássica, segundo a qual ao ser criado um produto simultaneamente está se gerando um mercado para outro produto de valor similar. De tal maneira que a somatória dos valores das mercadorias produzidas seria equivalente à soma de todas as mercadorias compradas.

efetivação de investimentos conjuntos em diversos setores industriais que poderiam ser viabilizados através de programas de desenvolvimento bilaterais.

Hirschman aponta, criticamente, que

“o êxito do Plano Marshall conduziu que os economistas, os governantes e a opinião ilustrada do ocidente acreditassem equivocadamente que a injeção de capitais e o planejamento correto das inversões, poderiam gerar o bem estar em todo o mundo. Sem embargo, esta é uma aplicação do que eu chamo ‘o princípio da *monoeconomia* encobridora’” (HIRSCHMAN, 1980, p. 1066).

Em consonância com o espírito da época que Rosenstein-Rodan e Nurkse alimentam convicção nas vantagens e benefícios mútuos decorrentes das trocas internacionais, na força dos efeitos externos positivos para o desenvolvimento econômico, enfim numa crença em dinâmicas quase mágicas tais como *big push* e *balanced growth* como mecanismos para o se atingir o desenvolvimento econômico com rapidez.

Desenvolvimento a partir de um núcleo capitalista dinâmico

Nas décadas subsequentes à grande guerra ganham também repercussão as interpretações teóricas de Walt W. Rostow e Lewis, e segundo Hunt (1989)⁵ a partir das formulações desses autores materializam-se um conjunto de postulados que poderiam caracterizar o “paradigma do núcleo capitalista dinâmico” das teorias de desenvolvimento (HUNT, 1989, p. 62). O fundamental deste modelo interpretativo assentar-se-ia na indicação de que os obstáculos ao desenvolvimento e causas do atraso econômico de diversos países poderiam encontrar sua justificativa nos reduzidos níveis de poupança e na ausência de um conjunto de empresários dinâmicos. As condições para superação desta situação, para o início do *take-off*, seriam que parcelas significativas da renda nacional fossem apropriadas por aqueles que deslocassem esta renda para poupança e investimentos.

Rostow (1961) julgava ser possível explicar o processo de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos tendo por base o referencial da existência de um padrão dinâmico para o processo de desenvolvimento, diverge, portanto, daqueles economistas que face, aos problemas de desenvolvimento nas economias atrasadas, ali visualizavam dinâmicas econômicas especiais para as quais as leis gerais formuladas pela ciência econômica precisavam sofrer adequações, ou seja assume na verdade o postulado da *monoeconomia* (HIRSCHMAN, 1980, p. 1064).

Rostow (1961) a partir de estudos de alguns países industrializados como os Estados Unidos da América, Inglaterra, Japão e Suécia desenha um modelo baseado em fases, etapas do desenvolvimento econômico. A construção desta sequência de etapas tinha como um critério fundamental a taxa de investimento do período. Assim, seria possível “enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro das seguintes categorias: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa” (ROSTOW, 1961, p. 16), sem que seja necessário levar em conta o momento histórico no qual são dados os primeiros passos rumo à industrialização.

⁵ Hunt apresenta um excelente e abrangente apanhado das principais escolas de pensamento que estudaram a temática do desenvolvimento econômico dos países capitalistas atrasados, e organiza a sua exposição utilizando-se do conceito de “paradigma científico”, cunhado por Thomas Khun (HUNT, 1989, p. 2).

Para ele todas as sociedades partem de uma fase primitiva para o seu processo histórico de desenvolvimento, todas vivenciam a etapa de uma sociedade tradicional. E esta sociedade é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia “pré-newtonianas”, assim como também em atitudes “pré-newtonianas” diante do mundo físico (ROSTOW, 1961, p. 17). Essas sociedades, devido à limitação de sua produtividade, tinham de dedicar uma proporção extremamente elevada de seus recursos à agricultura” e “o sistema de valores estava sincronizado geralmente com o que poderíamos chamar de fatalismo a longo prazo; ou seja, com a suposição de que a gama de possibilidades abertas para os netos da gente seria a mesma que existiria para nossos avós” (ROSTOW, 1961, p. 17) ou seja, nelas não havia se implantado a noção do progresso.

A segunda etapa do desenvolvimento econômico abarca sociedades em pleno processo de transição, período no qual as condições para o arranco se estabelecem. Este é um período longo em virtude de envolver a transformação de uma sociedade tradicional de forma que ela possa explorar os frutos da ciência moderna (ROSTOW, 1961, p. 18).

A terceira etapa, denominada de arranco, marcada pela expansão setorial e por efeitos de difusão decorrentes das atividades setores líderes da economia, nela as forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade, um período que

“surge com as lentas mudanças do período das precondições, quando as forças modernizadoras contendem contra os hábitos e instituições, valores e interesses consagrados da sociedade tradicional, conseguindo afinal uma rotura decisiva” (ROSTOW, 1961, p.52).

O arranco, caracterizado como um momento de transição, e requer a existência simultânea de três condições interrelacionadas:

“1- um aumento da taxa de investimento produtivo, digamos de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional; 2- O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros básicos, com elevado índice de crescimento; 3- A existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas do arranco e imprima ao desenvolvimento um caráter constante” (ROSTOW, 1961, p. 56).

Após a realização deste arranco a sociedade marcha para a maturidade, definida por Rostow como período em que a sociedade aplicou eficazmente todos os recursos da tecnologia moderna da época ao grosso de seus recursos e na qual a economia demonstra a capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco (ROSTOW, 1961, p. 79).

Rostow aponta, ainda, uma singularidade entre as diversas sociedades por ele analisadas no lapso de tempo entre o arranco e a maturidade tecnológica, segundo ele é observável uma uniformidade de 6 décadas que separam o arranco até maturidade tecnológica (ROSTOW, 1961, p. 23).

Na fase pós-maturidade, a fase do consumo em massa, na qual, “no devido tempo os setores líderes da se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços” (ROSTOW, 1961, p. 79). É uma etapa na qual, segundo Rostow, por um lado a renda per capita eleva-se a um nível que possibilita a maioria da população ultrapassar as suas necessidades básicas com alimentação, habitação e vestuário, por outro há uma modificação no perfil da força de trabalho, com o aumento da produção da

população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializados, que se lançam ao consumo “numa economia amadurecida”.

“Além dessas transformações econômicas, a sociedade deixou de aceitar a ulterior expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. É nessa etapa, por exemplo, que as sociedades ocidentais, mediante processos políticos, decidiram atribuir recursos cada vez maiores à assistência social” (ROSTOW, 1961, p. 24).

As postulações de Rostow, em termos metodológicos, buscam imprimir uma articulação entre história econômica e desenvolvimento das sociedades, apresentando uma argumentação que está ancorada a noção de crescente progresso, modernização, e racionalização instrumental na sociedade, visualizando as sociedades como em permanente evolução. Neste especial, Rostow busca explicitar sua diferenciação com as postulações marxianas, afirmando que

“Marx, assim como Hegel, andou certo ao afirmar que a história avança devido ao choque de interesses e concepções antagônicas, mas o resultado do conflito numa sociedade numa sociedade em desenvolvimento regular tende a ser governado por considerações superiores de continuidade comunitária. ...”(ROSTOW, 1961, p. 180).

Lewis (1954/2010) compartilha com Rostow a visão da possibilidade do desenvolvimento ser materializado a partir um núcleo capitalista dinâmico da sociedade e, em termos metodológicos, se afasta economia neoclássica ao incorporar como um elemento central de seus postulados a existência de um subemprego rural nas sociedades subdesenvolvidas, fenômeno que ensejaria a possibilidade de um desenvolvimento vinculado a uma oferta quase ilimitada de mão de obra. Segundo Hirschman é com Lewis que o enfoque do subemprego rural, como característica do subdesenvolvimento, encontrou sua expressão mais plena (HIRSCHMAN, 1980, p. 1061). Mais do que isso

“Lewis diferenciou a economia do desenvolvimento do subdesenvolvimento da economia keynesiana, assinalando que no sistema keynesiano há subemprego de mão de obra e outros fatores produtivos, entretanto, em uma situação de subdesenvolvimento somente a mão de obra é redundante (HIRSCHMAN, 1980, p. 1062).

Lewis (1954/2010) apresenta um modelo dualista - que tem dificuldades de ser apresentado como uma teoria do desenvolvimento - no qual indica a existência nas sociedades “atrasadas” de dois setores: um moderno, urbano, industrial; e outro atrasado, de subsistência. Este o setor atrasado, de subsistência apresenta uma oferta ilimitada de mão-de-obra, no qual a produtividade física marginal do trabalho é ínfima, nula, tendendo a zero, assim se membros deste setor obtivessem outra ocupação os demais poderiam continuar cultivando toda a terra sem diminuir a produção do setor atrasado. Para Lewis (1954/2010, p. 443). “se dispusermos de mão de obra ilimitada a um salário real constante, o excedente capitalista aumentará continuamente e o investimento anual corresponderá a uma proporção crescente da renda nacional”. Todavia, no setor urbano industrial, a produtividade apresenta-se elevada, atraindo trabalhadores uma vez que, nesse setor, os salários encontram-se fixados acima do nível de subsistência da agricultura, diferença que Lewis (1954/2010) estima em torno de 30%.

Para o desenvolvimento das sociedades atrasadas Lewis (1954/2010) argumenta que o setor moderno tem que crescer rapidamente para eliminar, a mão de obra excedente do setor atrasado pois uma vez que se expandem os setores da economia com produtividade elevada, parcela de mão de obra que se

encontra numa situação de desemprego disfarçado pode integrar-se a produção sem afetar seu produto da economia nacional como um todo.

Neste processo de desenvolvimento, que necessariamente envolve a expansão do setor moderno da economia, durante certa fase os salários que o setor moderno paga são constantes em função da baixa produtividade em outros setores ao que se soma a existência de desemprego disfarçado, assim, o aumento da produtividade no setor moderno se transforma em lucros. Tal dinâmica só se altera quando o aumento da dimensão do setor moderno no interior da economia já é considerável, vis a vis com a diminuição do setor que abriga o “desemprego disfarçado”.

Desenvolvimento e causação circular acumulativa

Em meados dos anos 1950, Gunnar Myrdal (1968) que tinha os seus estudos mais voltados para a situação de países da Ásia, apresentou um trabalho no qual sistematizava uma abordagem acerca da teoria econômica e as regiões subdesenvolvidas e nos anos seguintes avançou na apresentação de teorizações que, criticando as formulações liberais fundadas na noção de equilíbrio, indicam que “a teoria do comércio internacional, e na verdade, a teoria econômica, em geral, jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico” (MYRDAL, 1968, p. 27), esta incapacidade explicativa da teoria econômica estaria assentada em premissas irrealistas da teoria, para Myrdal “o equilíbrio estável é uma dessas premissas irrealistas” (MYRDAL, 1968, p. 27).

Myrdal acrescentou elementos críticos da idéia de círculo vicioso, na medida em que tal noção está apegada ao suposto da existência de equilíbrios em torno da situação de subdesenvolvimento, para ele o que está errado ao se aplicar a hipótese do equilíbrio estável à realidade social, é a própria idéia de que o processo social tende a uma posição que se possa descrever como estado de equilíbrio entre forças (MYRDAL, 1968, p. 33-34).

Em relação a perspectiva analítica vinculada a existência um círculo vicioso e de equilíbrios em torno da situação de subdesenvolvimento, Myrdal argumenta que

“ao contrário, em geral não se verifica esta tendência à auto-estabilização automática no sistema social. O sistema social não se move espontaneamente na direção de um estado de equilíbrio, mas constantemente se afasta desta posição” (MYRDAL, 1968, p. 34),

prossegue afirmando que

“um processo social pode, naturalmente, ser sustado. É possível que se dêem mudanças exógenas, com a direção e a força necessárias para estabilizarem o sistema. A posição de equilíbrio assim estabelecida não é posição de equilíbrio assim estabelecida não é, pois, o resultado natural do jogo de forças do sistema” (MYRDAL, 1968, p. 34).

Ele critica igualmente a noção das vantagens comparativas, uma vez que o comércio internacional passa a ser um dos meios pelos quais as forças de mercado tendem a provocar desigualdades crescentes (MYRDAL, 1968, p. 222).

Tal dinâmica seria decorrente de um fenômeno de causação cumulativa na medida em que os investimentos invariavelmente movimentar-se-ão em direção aos locais que lhe oferecem melhores condições, por este motivo estariam sempre em desvantagem aqueles países com piores condições iniciais. Desta maneira se reforçaria um mecanismo de retroalimentação positiva que responde pelas

diferenças existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para Myrdal (1968) não há, portanto, uma tendência a um estado de equilíbrio, mas sim ao aumento de desigualdades nos níveis de desenvolvimento, o que se aplica para diferentes países, como também, dentro dos países entre o setor moderno e o tradicional.

Também agrega a sua crítica a não consideração dos fatores não econômicos como uma das principais deficiências da teoria econômica (MYRDAL, 1968, p. 47), o que dificultaria a percepção inclusive das soluções. Como uma das decorrências desta análise preconiza a importância das instâncias políticas na superação do atraso - no que ele é, diga-se de passagem, mais incisivo do que Nurske. Figuraria, portanto, como um elemento central para se superar o subdesenvolvimento a necessidade da atuação ou mesmo surgimento de um estado nacional que, através de sua intervenção, alterasse os movimentos que reforçam o subdesenvolvimento, fazia-se necessário a efetivação de políticas impulsionadoras da integração nacional. De tal maneira, ele aponta que

“os países pobres têm permanecidos pobres, em parte porque, nas últimas gerações, foram fracos os esforços que ali se fizeram para instituir políticas de integração nacional, enquanto, ao contrário, os países ricos lograram progresso econômico estável, mediante execução rigorosa dessas medidas políticas” (MYRDAL, 1968, p. 58).

Para Hirschman (1980), tanto Myrdal quanto ele consideram o efeitos de polarização como forças que as políticas públicas podiam contrarrestar e neutralizar, contudo, Hirschman reivindica o fato de que demonstrou que “em lugar de invocar tais políticas com um deus *ex machina*, como parece que o fazia Myrdal, pode-se considerá-las criadas como uma reação face a experiência da polarização” (HIRSCHMAN, 1980, p. 1061).

Por fim, há que se anotar que, Myrdal adota um esquema de análise, no qual há um padrão de desenvolvimento nas sociedades capitalistas, ou seja, num primeiro momento os trabalhadores têm um padrão de vida baixo, mas com o processo de pressão que se desencadeia por melhores condições de vida, há uma crescente melhoria das condições de vida das populações e para tanto o estado nacional tem um papel singular, promovendo e dando no suporte destas mudanças na qualidade de vida das populações. Ele vislumbrava, portanto, com o desenvolvimento econômico a possibilidade da integração das massas aos grandes benefícios do progresso construindo-se a partir daí um nível de distribuição de rendas que contrastaria com o capitalismo selvagem que se quer superar nos países pobres.

Desenvolvimento: uma cadeia de desequilíbrios

Albert Hirschman (1961) apresentou uma visão bem mais complexa dos processos de desenvolvimento e, que segundo ele, devem ser tratados como fenômenos que envolvem múltiplas dimensões. Propondo endogenizar os seus fatores explicativos e levar em conta os processos de interação. Os conceitos de atraso, subdesenvolvimento baseados em um único fator limitante, segundo ele, são insuficientes para explicar fenômeno tão complexo quanto o desenvolvimento econômico, na medida em que

“os países subdesenvolvidos têm reservas ocultas não somente de mão de obra, mas também de aforro, espírito de empresa e outros recursos. Porém os remédios keynesianos seriam

inadequados para ativá-las. O que se requer são instrumentos de aceleração *pacing devices* e ‘mecanismos de pressão’ ” (HIRSCHMAN, 1980, p. 1062),

desta maneira o fator limitante é, na verdade, a capacidade organizacional para usar e combinar recursos latentes, usando o desequilíbrio como forma de mobilizar potenciais e gerar crescimento.

Hirschmann (1961) apresentou uma estratégia de industrialização em oposição a noção da necessidade de um *pig push* ou do crescimento equilibrado, na qual indicava, dentre outros aspectos, que tais visões de desenvolvimento seriam equivocadas, uma vez que investimentos simultâneos exigem um massa de recursos financeiros e humanos que os países subdesenvolvidos não dispõem. Argumentava, ainda, que o processo de desenvolvimento não é linear nem um processo de equilíbrio, mas de desequilíbrios. O desenvolvimento representa, desta forma, o resultado final de uma série de avanços desiguais nos diferentes setores. As estratégias de desenvolvimento deveriam, assim, estar assentadas na promoção de um crescimento desequilibrado, orientado para a sucessiva superação de pontos de estrangulamento, com investimentos concentrados em setores com elevados índices de encadeamento da produção e do emprego.

Lembra que as políticas de desenvolvimento não devem enfatizar apenas o fortalecimento e a dinamização do mercado interno, uma vez que investimentos em atividades econômicas ligadas à exportação, mesmo que isolados, podem induzir o crescimento de atividades a ela vinculadas, em decorrência dos efeitos de encadeamento que elas propiciam. Para Hirschmann (1961), deve-se induzir o investimento em atividades que são dotadas de elevados índices de encadeamento, de forma que parcela do investimento induzido resultaria em efeitos de encadeamento para frente (*forward effects*) ou para trás (*feedback effects*), assim o planejamento de investimentos tem que, necessariamente, considerar também as *external economics* que emergem da criação dos efeitos em cadeia e da infraestrutura criada pelo Estado, que reduzem os custos de produção e impulsionam os processos de desenvolvimento.

Desenvolvimento a partir de base de exportação

Na década de 1950, Douglas North (1955/1977, p. 292) - reexaminando a teoria da localização e a teoria do crescimento econômico regional, à luz do desenvolvimento histórico das regiões dos Estados Unidos - indica que “muito pouco foi feito no sentido de aplicar os princípios da localização à análise histórica do crescimento das regiões. Partindo da crítica aos trabalhos pioneiros de Thünen, Weber, Lösch, Palander e outros, North (1955/1977, p. 291) contrapõem-se ao esquema analítico derivado das teorias da localização, que segundo ele, não eram capazes de dar conta do processo histórico real.

Para ele tanto a teoria da localização como a teoria do crescimento regional descrevem uma seqüência típica dos estágios que as regiões percorrem no curso do seu desenvolvimento: economia de subsistência, auto-suficiente e agrícola, localizada de acordo com a distribuição dos recursos naturais; desenvolvimento do comércio e da especialização local, viabilizados por melhorias nos transportes, e localização determinada pela “camada básica” da população; comercialização inter-regional e diversificação das atividades agropecuárias; industrialização (manufaturas e mineração) impulsionada pelo crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das indústrias extrativas; e estágio final de desenvolvimento, caracterizado pela especialização em atividades terciárias para exportação (NORTH, 1955/1977, p. 294). Mas, não há, para North (1955/1977, p. 295),

evidência empírica da existência de sucessão de estágios econômicos e tais estágios apresentam pouca semelhança com o desenvolvimento real das regiões na história norte americana e não são capazes fornecer qualquer indicação sobre as causas do crescimento e das mudanças.

A partir da crítica a teoria da localização ele apresentou, algumas proposições que, segundo “podem levar a uma nova teoria do crescimento econômico regional” (NORTH, 1955/1977, p. 310-311). Dentre estas proposições a que tem maior destaque é a noção de “Base de Exportação” como elemento de interpretação das dinâmicas de mudanças econômicas nas regiões. “Base de exportação” é utilizada para designar, coletivamente, os produtos de exportação de uma região” (1955/1977, p. 298-299) e para se referir aos itens individuais ele usa a expressão “produtos de exportação” que pode incluir produtos de setor secundário ou mesmo terciário.

Para North (1955/1977), a venda de um artigo de exportação refletia uma vantagem nos custos da produção, assim “o desenvolvimento de um artigo de exportação refletia uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo custos de transferência” (NORTH, 1955/1977, p. 299) e, à medida que as regiões cresciam em torno desta base eram geradas economias externas, que, por sua vez, estimulavam a competitividade dos artigos de exportação. Seria assim a base de exportação aquele fator que desempenhava papel fundamental na conformação da economia de uma região e em seus níveis de renda e, conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolveriam, bem como sobre a dinâmica da indústria subsidiária, a distribuição da população, o padrão de urbanização.

Nestes termos “os produtos primários de exportação desempenham papel igualmente vital na sensibilidade cíclica da região; através deles as mudanças do nível de renda de outras regiões se fazem sentir na economia-objeto. Além disso, a sensibilidade da região às flutuações depende das elasticidades-renda dos produtos primários de exportação. É claro que as regiões que se especializam em poucos produtos com altas elasticidades-renda sentirão flutuações mais violentas na renda do que as regiões mais diversificadas.” (NORTH 1955/1977, p. 302-303)

Tal convicção o leva a afirmar que uma a região não precisa se industrializar, se quiser continuar crescer (NORTH 1955/1977, p. 304), e que

um conceito de industrialização mais útil para os nossos propósitos é o de uma região, cuja base de exportação consiste, principalmente, de bens de consumo finais e/ou bens manufaturados intermediários. Nesse ponto, podemos resumir o argumento da seguinte maneira: (1) Não existe razão porque todas as regiões devam se industrializar para continuar a crescer. (2) Uma grande quantidade de indústria secundária (e terciária) se desenvolverá automaticamente, seja por causa das vantagens locais da indústria orientada para as matérias-primas, seja como um reflexo passivo do crescimento da renda da região, resultante do sucesso de seus produtos de exportação. (3) O conceito de industrialização é um conceito ambíguo, que precisa de maior elucidação se se deseja sua utilização (NORTH 1955/1977, p. 308).

North (1955/1977, p. 308), lembra que “Obviamente o declínio de um produto de exportação deve ser acompanhado pelo crescimento de outros” e que “uma região pode se expandir como resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação existentes, seja devido a um aumento da renda na área de mercado, ou a uma mudança dos gostos” (NORTH, 1955/1977, p. 309).

Ele resume as suas principais proposições da seguinte forma:

1. “o conceito de uma região deveria ser redefinido, é o seu desenvolvimento em torno de uma base de exportação comum”
2. “O sucesso da base de exportação foi o fator determinante de taxa de crescimento das regiões. Além disso, para entender esse crescimento, devemos examinar os fatores locais que possibilitaram o desenvolvimento dos produtos primários.”
3. “A importância da base de exportação é o resultado de seu papel básico na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região, e conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolverão”
4. “Numa região jovem a dependência dos produtos primários é reforçada pelos esforços conjuntos dos habitantes da região, para reduzir os custos de processamento e de transferência, através da pesquisa tecnológica, dos subsídios dos governos estaduais e federais para melhoramento sociais básicos”
5. “Por causa das vantagens locais, algumas regiões desenvolveram uma base de exportação de produtos manufaturados, mas esse não é um estágio necessário para o crescimento sustentado”
6. “O crescimento das regiões tem sido desigual. Um determinado aumento da demanda dos produtos de exportação da região (ou uma redução significativa dos custos de processamento ou de transferência) tem dado origem a efeitos múltiplos na região”
7. “À medida que cresce a renda da região, as poupanças locais tenderão a se extravasar para novos tipos de atividades”

North (1955/1977), apesar de não apresentar indicações explícitas de políticas a serem implementadas, salienta que a capacidade da região competir nos mercados nacional e internacional vincula-se às organizações de comercialização, aos sistemas de crédito e de transportes, à existência de mão-de-obra qualificada e de indústrias complementares. A melhoria destes aspectos amplia a competitividade dos produtos de exportação. A consecução destas melhorias seria obtida por meio do esforço combinado, entre sociedade, setor privado e setor público. Em função desta visão, North argumenta que as instituições são essenciais nas dinâmicas de desenvolvimento local, na medida em que elas alteram a posição competitiva de uma região em relação a outras.

Estruturas históricas como condicionantes do desenvolvimento

As postulações da CEPAL⁶ buscavam apontar novo horizonte cognoscitivo quanto às razões das dificuldades para o desenvolvimento dos países “periferia” do capitalismo e foram desenvolvidas tendo por base a análise de dinâmicas econômicas observadas a partir de Brasil, Argentina e Chile. Países que a partir da década de 1930 já tinham alcançado um relativo nível de desenvolvimento industrial, mas enfrentavam dificuldades evidentes no que se refere à possibilidade de se inserem no fechado círculo dos países desenvolvidos.

Raul Prebisch, considerado o principal expoente da CEPAL nos anos 1950, apontou que os impactos da 1ª e 2ª revoluções industriais sobre os diversos países foram extremamente desiguais, a difusão do

⁶ Trata-se aqui das formulações da chamada “CEPAL clássica”. Atualmente a CEPAL sugere outra abordagem, que será sinteticamente indicada noutro item deste trabalho.

progresso técnico foi extremamente lenta e irregular, diferenças que se aprofundaram historicamente. Assim, o progresso técnico permitiu a formação de grandes centros industriais no mundo, em torno dos quais surgiu a periferia.

Nos países do centro a industrialização resultou na edificação de estruturas econômicas, sociais e políticas bastante homogêneas, perpassando toda a estrutura da sociedade (agricultura, serviços). Não sendo uma sociedade, portanto, marcada por uma estrutura dualista, na qual convivem um setor moderno e um arcaico. Estas estruturas homogêneas implicam numa ampla integração entre os diversos setores, como também implicitamente requer o desenvolvimento de setores industriais produtores de bens de consumo, intermediários e duráveis, além da produção de bens de capital.

Subdesenvolvimento, dentro da perspectiva de CEPAL, não é uma fase antes do desenvolvimento, o sistema centro e periferia tem existência paralela e se interligam mutuamente, por conseguinte, é falsa a noção do desenvolvimento pensado como uma seqüência linear de etapas e que o subdesenvolvimento seria uma destas fases, desenham deste modo um modelo analítico histórico-estrutural. Este modelo apontava que a periferia especializava-se na exportação de bens primários, submetendo a sua economia aos movimentos e ondulações da demanda externa, além de cambiar os ganhos de produtividade nestas economias em redução dos termos de troca.

Prebisch (1950) aponta a existência de uma tendência secular dos termos de troca evoluírem contra os países exportadores de produtos primários e importadores de bens manufaturados⁷, tendo por base os dados das exportações e importações de um período que abarcou 65 anos⁸ - 1880 a 1945 - argumenta que nos países industrializados onde a capacidade de pressão dos sindicatos em defesa dos interesses dos trabalhadores e a força das grandes empresas para impedir a redução da taxa de lucros vedam a automática transferência dos ganhos decorrentes do aumento da produtividade para os parceiros comerciais, pelo contrário Prebisch aponta que há tendência do aumento de produtividade ser transferido para salários e lucros. Como decorrência desta dinâmica para os países atrasados, os produtos industrializados não chegam com preços declinantes.

Já para os países da periferia - quando o seu setor exportador estabelece relações de troca com o setor industrial dos países centrais - o aumento de produtividade porventura nela ocorrido não se transforma em aumento de salários, mas sim implica em queda de preços. Nestes termos, as relações de troca para os países exportadores de alimentos e matérias-primas era desfavorável, uma vez que não ocorria a redução dos preços dos produtos industrializados e reduziam-se os valores dos produtos primários.

Na periferia tal dinâmica é realizável, pois sua estrutura é marcada pela limitada difusão da produção tecnológica, decorrendo daí a existência de heterogeneidade estrutural, pela não complementaridade e interação dinâmica entre vários setores produtivos e por uma oferta “ilimitada” de mão de obra pelo setor atrasado. Não havendo uma tendência de se incluir os aumentos de produtividade em salários. Este intercâmbio desigual implicava que as pressões sobre os custos nas economias centrais eram repassados para a periferia (PREBISCH, 1950, p. 59). Aqui reside a originalidade de Prebisch: relacionar este processo existente nos países industrializados com os seus efeitos na periferia.

⁷ Hans Singer, desenvolvendo estudos separadamente, apresenta simultaneamente a Prebisch, uma formulação que expressa a mesma convicção.

⁸ As críticas a metodologia e aos dados a que recorreu Prebisch para apresentação de sua tese foram diversas, principalmente em função de basear a investigação do comércio em um só país, a Grã-Bretanha.

Há portanto, um choque frontal com a “lei das vantagens comparativas da especialização da produção” e a crítica destes postulados se conjugava uma linha de argumentação a favor de uma industrialização dos países da periferia. Argumentação que por sua vez que foi fonte e motivação de ação prática e política de diversos segmentos sociais.

Prebisch (1950) defendeu que para se chegar a uma estrutura mais homogênea, seria necessário internalizar a industrialização mediante a substituição de importações, uma vez que já existiam mercados constituídos para produtos específicos. Tarefas que o setor agrário exportador não seria capaz de levar a cabo. Assim, o estado deveria ter um papel importante na superação do subdesenvolvimento assumindo uma ação coordenadora, edificando infra-estrutura e conduzindo uma ampla política de incentivos de diversas ordens, além de patrocinar a necessária alteração no regime de propriedade da terra.

Celso Furtado foi também um dos mais influentes autores na defesa da necessidade da industrialização da periferia como estratégia de superação do subdesenvolvimento. A partir da análise da história econômica dos países periféricos ele indica que o centro dinâmico de acumulação de capitais é o setor exportador, mas o comportamento deste setor não é auto centrado, ele está amarrado e é reflexo a dinâmica das economias desenvolvidas. Desta forma, nos países periféricos a capacidade de investimento está atrelada ao setor exportador, (vulnerável às variações do comércio internacional) do que decorrem variações significativas, ora pendendo favoravelmente ora ou desfavoravelmente aos investimentos. Entrementes, em termos de seqüência histórica, há uma nítida tendência para que estas oscilações findem por ser prejudiciais as possibilidades de investimentos nos países subdesenvolvidos. Como a capacidade de investimento em termos nacionais é oscilante estas formações nacionais passam a ser conformadas por uma estrutura marcada pela dualidade, de um lado um setor moderno exportador, que não consegue modernizar a economia como um todo, doutro um setor tradicional que se mantém e se reproduz.

Em termos gerais naquelas formulações pode-se localizar proximidade com os postulados do pensamento econômico clássico, especialmente de Adam Smith, no que se refere a atribuir a ampliação da riqueza a um aspecto vinculado a ampliação da divisão social do trabalho, também, como, a noção de acumulação de capital, que tem para o sistema de Smith uma importância fundamental. Basta observar que o conceito cepalino de desenvolvimento encontra no progresso técnico a sua principal fonte de impulsos, daí a necessidade imperiosa de aumentar a produtividade *per capita* pois este aumento permitiria a elevação das remunerações pagas aos fatores de produção, inclusive aos trabalhadores e de se obter, concomitantemente, a ampliação da acumulação de capitais. São perceptíveis também, algumas semelhanças com o modelo proposto por Lewis, especialmente, a necessidade da expansão do setor moderno da economia para absorver o setor tradicional.

Hunt (1989) considera que as idéias da CEPAL podem ser caracterizadas como um “paradigma estruturalista” (HUNT, 1989, p. 47) das teorias do desenvolvimento econômico em oposição ao paradigma por ela denominado de “paradigma do núcleo de modernização capitalista”. Uma vez que as análises de Prebisch e Celso Furtado, - como indicadas anteriormente - entendem que o subdesenvolvimento é acima de tudo um fenômeno vinculado às estruturas produtivas dos países da periferia capitalista, marcados por uma indústria não integrada e uma estrutura social e econômica heterogênea, tendo o comércio internacional um papel fundamental na reprodução desta relação assimétrica.

Tais formulações da CEPAL de não se chocavam frontalmente, por exemplo, com as de Hirschman (1961) que, do ponto de vista metodológico, inclusive aproxima-se do estruturalismo e do pensamento de Prebisch (1950), adotando um enfoque histórico estrutural ao apresentar a importância do *feedback* positivos, há sim em ambos os casos um grande afastamento das formulações da ortodoxia neoclássica, uma vez que é central para as formulações de Hirschman a noção de desequilíbrio, e por outro lado há proximidade com formulações de Schumpeter ao atribuir aos desequilíbrios o papel fundamental para o desenvolvimento econômico.

Por fim, é importante que se anote que o pensamento da CEPAL teve enorme relevância social e política influenciando a elaboração de ações de governo e norteando, a sua época, a ação de intelectuais considerados “reformistas” e de diversos partidos comunistas e populistas que incluíram na sua agenda a defesa de um projeto de desenvolvimento que deveria ser conduzido pela burguesia nacional, promotora da industrialização, processo que abriria as portas para o enfraquecimento, ou mesmo, o rompimento dos laços de dependência, como também estar-se-ia internalizando os centros de decisão.

Que se respeitem “as leis do mercado”: a CEPAL na berlinda

Em meados dos anos 1950 evidenciou-se um processo de mudanças no contexto internacional, o capitalismo oligopólico mudou, reestruturando as relações entre estados nacionais e grandes empresas internacionais que passaram a operar e a competir em escala mundial. Há intensificação dos investimentos industriais por parte de empresas multinacionais na periferia capitalista, alterando as relações centro-periferia. Processam-se, assim, mudanças nos mecanismos e ritmos de movimentação e reprodução do capital, alterações que as formulações da CEPAL tinham evidentes deficiências em interpretar.

A partir da segunda metade dos anos 60, eram evidentes as frustrações com os resultados das políticas desenvolvimentistas preconizadas pela CEPAL, concomitantemente, multiplicaram-se então as críticas a elas, num momento em que as políticas baseadas na substituição de importação estavam em crise. Tais políticas de industrialização evidenciavam seu curto fôlego, envoltas num emaranhado de problemas que envolviam graves dificuldades para se equilibrar a balança de pagamentos, inflação ascendente ao lado de um resultado pífio das políticas de industrialização. Contrariando as previsões da CEPAL, a industrialização se processou de forma pouco integrada, ampliou a concentração de renda nas economias periféricas, apresentou limitada capacidade de absorver força de trabalho, além de aumentar o poder das multinacionais sobre as economias nacionais.

Essas mudanças e a explicitação dos limites das políticas de industrialização via substituições de importações findaram por abalar o pensamento cepalino⁹ abrindo as portas para que novos horizontes cognoscitivos se desenhassem e ganhassem relevância na interpretação das relações entre países industrializados e não industrializados. Críticas de vários matizes ganham repercussão, economistas de filiação neoclássica vão - mais uma vez recorrendo ao seu catecismo - apontar que os problemas da industrialização que se observavam nos países não desenvolvidos decorriam dos desperdícios de esforços e capitais decorrentes da má alocação de fatores de produção. Equívocos na alocação de

⁹ Período no qual as formulações da CEPAL dirigiram-se as investigações para as interligações entre desenvolvimento e bem estar social, ver p.ex. Anibal Pinto (1976).

recursos que segundo alguns dos seus críticos foram patrocinados pelas políticas estatais protecionistas e intervencionistas de inspiração estruturalista, que tinham produzido estados com crescente importância, participação e interferência nas atividades econômicas. Atribuíam-se aos mecanismos de taxações e subsídios a responsabilidade de confundir a bússola do mercado em relação à escassez de fatores nestas economias, produzindo-se uma alocação ineficaz de trabalho e capital. Não faltaram, exemplos de enormes distorções e exageros que em nome da necessidade de industrialização foram levados a cabo por estados nacionais, os quais os críticos das práticas intervencionistas usaram para ilustrar suas apologias à eficiência de mercado como ente otimizador dos recursos sociais.

Assistiu-se então, na década de 1960, uma decadência das idéias da CEPAL ao lado da crescente importância assumida pelo pensamento neoclássico, que passa a guiar paulatinamente as políticas públicas de desenvolvimento. Neste, contexto ganha relevância formulações como as de Jacob Viner (1953/2010), que questionava peremptoriamente a queda nos termos de intercâmbio em prejuízo da periferia, e afirmava que os mecanismos de mercado são os mais indicados para dinamizarem as economias, tanto é que nações como Canadá, Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, dentre outras alcançaram o desenvolvimento tendo por base a exportação de produtos primários (VINER, 1953/2010, p. 34).

Gessam-se, com base em concepções deste naipe, um dos campos da discussão teórica, em relação ao desenvolvimento econômico, que vai polarizar a interpretação e a apresentação de soluções para o desenvolvimento de países não-industrializados, trata-se na visão de Hunt do “paradigma neoclássico” (HUNT, 1989, p. 32), que se forja como uma adaptação da ortodoxia neoclássica às situações dos países subdesenvolvidos. Embora incorporasse alguma flexibilidade por conta das condições específicas desses países, este modelo apegava-se a idéia da necessidade da liberdade de mercado como instrumento eficaz para se alcançar a eficiência econômica e o bem-estar social, sugerindo como condição para se obter desenvolvimento nos países subdesenvolvidos a constituição de uma eficiente estrutura de preços relativos, o que implicava, obviamente, no menor engajamento possível do estado na economia.

Dependência como limite ao desenvolvimento

Se por um lado a decadência da matriz interpretativa formulada pela CEPAL, fortalece as idéias neoclássicas, por outro, no campo de estudiosos não liberais, amplia-se o debate e as formulações que buscavam explicar o subdesenvolvimento tendo por base a noção da dependência.

Diferentemente das formulações da CEPAL aquelas vinculadas à noção da dependência apontavam que a relação danosa e assimétrica que se estabelece entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos não se mantém só em função dos produtos comercializados, nem pode ser rompida a partir das mudanças decorrentes da industrialização e da alteração da pauta de exportações da periferia, uma vez que as relações estruturais e globais que unem as economias da periferia ao centro são articulados de tal maneira que repõem a assimetria estrutural entre o centro e a periferia, havendo, ainda, uma articulação das dinâmicas no interior de cada país subdesenvolvido com os interesses do centro capitalista.

Descortinar as relações de dependência envolvia, portanto, uma operação mais complexa do que apenas analisar as relações entre centro e periferia estabelecidas através do comércio internacional.

Careceria que se investigassem as relações sociais estabelecidas nas sociedades dependentes e a própria dinâmica do processo produtivo nelas estabelecido.

É interessante notar que se no momento histórico anterior, como já se indicou, parcela das esquerdas vinculavam suas estratégias à necessidade de se aliarem com as burguesias nacionais na perspectiva de forjar uma etapa de desenvolvimento nacional democrático-burguesa, as evidentes frustrações no que se refere à possibilidade da materialização deste caminho estratégico, e sob a influência da Revolução Cubana, parcela representativa da esquerda, tendo por base as formulações da teoria da dependência indicavam que

“as medidas de eliminação das barreiras ao desenvolvimento capitalista nos países dependentes poderão ser realizadas somente sob a direção das classes trabalhadoras urbanas e rurais, uma vez que, são e têm sido as únicas classes conseqüentes com a luta pelo desenvolvimento nacional. Neste caso a revolução não se paralisará e abrirá caminho ao socialismo” (SANTOS, 1969, p.41).

Uma diversidade de correntes intelectuais inspiraram-se na noção de dependência, bem como houve um número significativo de intérpretes. Para Hunt (1989) seria possível agrupar em três vertentes: uma neomarxista, cujas principais expressões seriam André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Samir Amin; outra, a estruturalista, vinculada aos trabalhos da década de 60 de Celso Furtado e Osvaldo Sunkel; e por fim, uma terceira, referenciada nas formulações de Fernando Henrique Cardoso, e Enzo Faletto e Aníbal Quijano.

O desenvolvimento do subdesenvolvimento

É na escola “neomarxista”¹⁰ americana que se podem se encontrar as raízes de uma das vertentes da teoria da dependência já apontada. Paul Baran e Paul Sweezy são os expoentes mais significativos da nova esquerda norte-americana, tendo influência direta sobre a elaboração de novas interpretações do desenvolvimento econômico latino-americano por parte de alguns dos mais destacados representantes da teoria da dependência.

Baran, ainda no início da década de 1950, a partir da revisão do *mainstream* marxista contribuiu para a gestação de uma nova vertente interpretativa do desenvolvimento econômico e do subdesenvolvimento. Baran não via a industrialização da periferia como um desdobramento natural da expansão do capitalismo a nível mundial, como vislumbrava a tradição marxista. O esquema interpretativo Baran (1964) incorpora a noção de um desenvolvimento econômico diferenciado nos países atrasados em relação aos passos do capitalismo clássico. Para ele

“a penetração do capitalismo ocidental nos países subdesenvolvidos, se por um lado acelerou, com irresistível energia, o aparecimento de alguns pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista bloqueou com igual força o aparecimento de outros. A remoção de grande parcela do excedente econômico anteriormente acumulado e

¹⁰ Cardoso (1993) relativiza influência renovadora das formulações dos chamados neomarxistas norte americanos, para ele “ela pode ter sido real, principalmente a de Baran, não foi certamente maior que a do próprio Marx e não revelou algo que não tivesse contido na perspectiva do pensamento crítico latino-americano anterior a 1960 (CARDOSO, 1993, p. 128).

daquele que era constantemente gerado pelos países invadidos não podia causar senão sérios retrocesso em sua acumulação primitiva de capital” (BARAN, 1964, p. 214).

Baran¹¹ (1964) localiza também na utilização inadequada do excedente econômico obstáculo para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Ele indica que se por um lado a ausência de mecanismos de competição entre capitais em economias subdesenvolvidas - em função de estruturas monopolistas - facilita a acumulação por parte das classes dominantes, por outro, a própria carência de competição restringe a disposição de investir o excedente, assim, o excedente econômico nos países pobres não necessariamente se converte em investimentos, tais montantes tomam outros destinos, como a especulação e o consumo de produtos de luxo. Decorrendo daí o quadro de estagnação que assola as economias subdesenvolvidas. Nestes termos, o problema do subdesenvolvimento só tem solução pela ótica da política, uma vez que o problema central não resulta da falta de capitais, mas sim da utilização socialmente irracional dos excedentes (BARAN, 1964, p. 355).

Contrariamente ao que defendiam as formulações da CEPAL, Baran (1964) não vê a possibilidade de reformas, investimentos de capitais estrangeiros e o aumento geral de produtividade fossem capazes de modificar radicalmente as estruturas prevalecentes nos países subdesenvolvidos, uma vez que deveriam ser quebradas as próprias estruturas de classe estabelecidas no interior destes países.

Estas indicações de Baran acerca da drenagem histórica dos excedentes econômicos dos países subdesenvolvidos, e da crítica as formulações da CEPAL por não incorporar os aspectos relacionados a estrutura de classes e as relações sociais, abre uma picada para a construção de novos caminhos interpretativos da relação estabelecida entre o centro e a periferia capitalista, e é este caminho que buscam trilhar André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, dentre outros.

As formulações de Frank tiveram como impulso o debate com os partidos comunistas, vinculados a III Internacional, que defendiam a tese de que seria a falta do desenvolvimento de estruturas capitalistas que explicaria o fenômeno do subdesenvolvimento, identificavam também como relações feudais as existentes no campo de diversos países subdesenvolvidos e que deveriam ser superadas. Daí necessidade de alianças entre o proletariado e a burguesia nacional em prol dos avanços capitalistas¹². As amarras que uniam Frank ao modelo do estruturalismo americano, conduziram-no a produção de um modelo dedutivo que pretendia indicar um mecanismo causal que apontava as razões do desenvolvimento e subdesenvolvimento ao mesmo tempo. Sem dúvida, gesta-se um modelo bastante simplificado, mas coerente, talvez advenha daí o seu grande êxito no enfrentamento com as teorias da modernização, e no impulso e sentido de unidade que deu a diversos agrupamentos da esquerda, nos países periféricos e nos do centro do capitalismo.

Frank (1970) parte do modelo de exploração comercial do século XVI e prolonga este modelo explicativo da exploração colonial para analisar dinâmicas desenhadas após a revolução industrial entre o capitalismo metropolitano e a periferia. Decorrendo daí a visualização de uma sistemática expropriação do excedente dos países da periferia, responsáveis por alimentar o desenvolvimento dos

¹¹ Baran, assim, em escritos da década de 1950 abonava a tese da diminuta dimensão de mercados como limitante no processo de desenvolvimento dos países periféricos e dirige o foco explicativo para o caráter da utilização dos excedentes econômicos (BARAN, 1964)

¹² Sobre este debate é interessante ver o artigo de Frank publicado ainda em 1964 intitulado “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo” Revista Brasiliense, jan/fev, 1964.

países capitalistas avançados. Por via de consequência, a miséria dos trabalhadores das regiões dependentes, com baixo nível de produtividade, é um lado da moeda que tem noutra face as metrópoles, que para sua acumulação necessitam desta cadeia de exploração. O desenvolvimento do sistema capitalista tem assim um caráter desigual e combinado, vinculando intimamente os países entre si. O subdesenvolvimento dos países da periferia capitalista seria um processo social criado pelo desenvolvimento social capitalista e constantemente recriado, o subdesenvolvimento necessariamente se reproduz enquanto o país periférico mantiver-se sob a égide da dependência e da exploração imperialista.

Dentro do modelo proposto por Frank caberia aos países da periferia - a partir de numa divisão internacional do trabalho - estabelecida pelos países imperialistas - o papel de fornecedores de excedentes para as metrópoles. Havendo, entretanto, uma hierarquia na expropriação deste excedente através de uma cadeia de exploração que se estenderia desde a periferia até o centro. Tal excedente é transferido para o centro via comércio. E como as economias periféricas oferecem quase todo o seu excedente - o seu potencial de acumulação - para as metrópoles, não há a possibilidade de ocorrer o desenvolvimento do capitalismo na periferia, mas tão somente o subdesenvolvimento capitalista.

Para Frank (1980) o processo de industrialização ocorrido em decorrência das políticas de substituição de importação não alteraram a dinâmica de dependência uma vez que esta industrialização não rompeu os laços de dependência, pelo contrário aumentaram as necessidades de importação de bens de capital, e não permitiram a formação de mercados consumidores nestes países. Envoltos com problemas crônicos de crise na balanças de pagamentos vêm obrigados a centrarem suas energias na ampliação de exportações, que agora contaria com itens manufaturados, mas que da mesma forma dos produtos primários eram produzidos por trabalhadores superexplorados, nestes termos, a produção da periferia ainda encontrava-se voltada para o atendimento das necessidades do mercado das metrópoles e não para a conformação de uma dinâmica interna própria (FRANK, 1980, p. 172).

Marini (1973) partilha do esquema interpretativo de Frank e procura agregar à noção de dependência elementos explicativos capazes de dar resposta à forma pela qual nas formações economicamente atrasadas - sujeitas à expropriação de excedentes e ao subdesenvolvimento - se produzem excedentes econômicos. Para tanto recorre ao papel desempenhado pela superexploração da força de trabalho e pelo subimperialismo. Propõem uma abordagem analítica na qual não se busque explicar a desigualdade somente pelo comércio, mas que também detecte as causas da dependência ao nível da esfera de produção.

Marini (1973) parte da noção de que é o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário, que determina a taxa de mais-valia. Desta forma, a redução do preço dos bens de consumo dos trabalhadores amplia a quota de mais valia apropriada pelo capitalista. Para Marini, além do aumento da produtividade contribuiu para este fenômeno a importação de bens-salários da América Latina, permitindo a redução do valor da força de trabalho nos países industrializados. Tal fenômeno teve uma repercussão contraditória, na medida em que propiciava a elevação nas taxas de mais-valia, simultaneamente, modificava a relação entre capital variável e capital constante, aumentando a composição orgânica no capital e contribuindo portanto para a redução da taxa de lucros. Por outro lado, a América Latina ao exportar matérias-primas baratas constituía-se em força contrarrestante a tendência de queda da taxas de lucros, pois teria desta maneira reduzido em valor o capital constante dos países industriais (MARINI, 1973, p. 24-29).

O barateamento de matérias-primas e dos bens-salário vendidos para os países industrializados implicava desta maneira em crescentes transferências de valores para o centro capitalista, e como forma de adaptação a esta lógica os capitalistas da periferia buscavam aumentar a produção em termos físicos, tentando compensar a drenagem de valor através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 1973, p. 36).

Além da existência da superexploração da força de trabalho na periferia capitalista, Marini desenvolveu a noção da existência de subimperialismo, como parte da dinâmica capitalista na periferia. A sua argumentação baseia-se no fato de que uma vez que, recebendo baixíssimos salários, os trabalhadores da periferia não poderiam servir como mercado consumidor para expansão industrial, diante de tal quadro as explicações para um desenvolvimento industrial na periferia são atribuídas as sobras de excedentes não expropriadas pelo imperialismo e a conquistas de mercados consumidores fora de seus fronteiras, noutros países ainda menos industrializados, desenvolvendo-se assim um política subimperialista.

Marini (1969) analisado o desenvolvimento industrial brasileiro na década de 60 aponta a existência de uma postura subimperialista - que transcenderia o caso brasileiro. Para ele

“seja por sua política de reforçamento da aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa que intentar expandir-se para o exterior e passa então a ser-lhe necessário garantir um reserva externa de mercado para a sua produção. O baixo custo da produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a assinalar na mesma direção: a exportação de manufaturas” (MARINI, 1969, p. 86).

Esta expansão subimperialista é gestada tendo por base a elevada extração de um sobrelucro da classe operária agravar-se-ia ainda mais a dimensão da superexploração a que estão submetidos os trabalhadores das formações econômicas dependentes.

A vertente estruturalista

Uma segunda vertente, denominada estruturalista, vinculada aos trabalhos de Celso Furtado e Sunkel. Furtado (1966), um dos principais nomes que contribuíram com as formulações das ideias da CEPAL nos anos 1950, na década de 1960 apresentou-se pessimista em relação às possibilidades de desenvolvimento na periferia capitalista apresentando no livro “Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina” uma abordagem que aponta a existência de tendências estagnacionistas das economias latino americanas.

Ao interpretar as implicações da industrialização impulsionada pela substituição de importações, Furtado (1966) dedica atenção especial à análise da elevada oferta de força de trabalho e da limitada capacidade de pressão dos trabalhadores, aspectos que somados à existência de uma estrutura fundiária arcaica, ao caráter monopolista da indústria e ao fato de que a tecnologia utilizada pelas indústrias as tornava incapazes de absorver grandes contingentes de força de trabalho não se abriram possibilidades para que fosse estabelecida uma demanda de produtos manufaturados de tal ordem que se pudesse alavancar o desenvolvimento auto-sustentado.

Nestes termos, o impulso decorrente da industrialização via substituição de importações desenvolveu uma produção industrial com elevada relação de capital empregado por trabalhador ocupado e com maior concentração funcional da renda e como não havia impulsos para se romper este esquema seria mantida a concentração de renda e a própria dinâmica do sistema.

Para Furtado (1966) ao lado da existência de um grande contingente de trabalhadores que não permitia uma pressão por aumentos salariais, ampliava-se a capacidade produtiva da indústria através da importação de tecnologias, resultando daí um processo de brutal de concentração de renda, mas também um processo no qual a massa salarial crescia menos do que a capacidade produtiva da indústria, e como no modelo analítico de Furtado as demandas dos assalariados possuem um papel fundamental para a dinamização da demanda global, as economias dependentes encontravam-se diante de um quadro de estagnação.

Dependência e desenvolvimento

Em relação à noção de dependência há ainda a vertente derivada do livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” de Cardoso e Faletto (1973)¹³ que em linhas gerais prescreve a existência na estrutura da dependência de uma dinâmica que não colide com o desenvolvimento das economias dependentes, existindo assim uma simultaneidade entre um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista, criticando ainda a pouca atenção destinada a relação entre à dinâmica interna dos países periféricos, que seriam desta maneira vistos como reflexo das dinâmicas do centro¹⁴.

Para Cardoso (1993), a teoria da dependência foi “a superação (no sentido rigoroso no discurso hegeliano-marxista, ou seja, o de negação sem anulação) do que se costumou chamar de ‘teoria da CEPAL’ ”(CARDOSO, 1993, p. 90), que se deu em função da necessidade de se explicitar

“pontos de interseção do sistema econômico com o sistema social, através do qual se revelam os nexos e as dinâmicas dos diferentes níveis da realidade que afetam a possibilidade de desenvolvimento” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 24).

Na interpretação dos problemas econômicos ganha revelância a natureza política dos processos de transformação econômica, Cardoso e Faletto (1973) apontam as limitações dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica e apontam o conceito de dependência como mais apropriado para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países sobre os outros. Assim

“a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político mostrando a vinculação entre ambos tanto no que se refere ao plano interno dos países quanto ao externo. A noção de subdesenvolvimento

¹³ Hunt (1989) apesar de nela reconhecer uma matriz teórica em torno da noção de dependência não a enquadra enquanto um “paradigma”, uma vez que tal formulação é marcada pela ausência de integração conceitual e de propostas entre as suas variantes.

¹⁴ Um apontamento com diversas críticas desta vertente a outros matizes interpretativos vinculados à noção de dependência poder ser encontrada em Serra e Cardoso. As desventuras da dialética da dependência. In: Estudos Cebrap, n. 23, 1979. p. 34-80, como também Cardoso, O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos. In. Cardoso, F. H. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...] sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente ou externamente. As noções de ‘centro’ e ‘periferia’, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores políticos-sociais implicados na situação de dependência” (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 27).

Nestes termos, a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. Indicando que “o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de interrelação dos grupos sociais de cada país entre si com grupos externos. Cardoso e Faletto atribuem um papel central a articulação entre as elites da periferia e do centro capitalista, ganha, assim importância heurística a dimensão política da dependência, que teria um papel importante na reprodução da dependência. Indica-se que existe uma articulação dos interesses das economias centrais com os das classes socialmente dominantes das economias periféricas. Existiriam, por conseguinte, laços estruturais que não se circunscreveriam aos mercados internacionais, mas que se expressariam também no interior das formações sociais dependentes (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 30).

O ponto central desta vertente análise capitaneada por Cardoso e Faletto (1973), entretanto, localiza-se na indicação de que há possibilidade de acelerar-se a industrialização nas economias periféricas, pois o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno, e da nova divisão internacional do trabalho que franquia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes, mesmo se redefinindo as bases da dependência, os laços não se rompem e se reproduzem. Havendo, portanto, concomitantemente um processo de dependência e desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades básicas

Na década de 1970¹⁵ eram evidentes os fracassos no que tange a melhoria das condições de vida da população como decorrência das tentativas de desenvolvimento de países do chamado Terceiro Mundo. A empiria insistia em desmentir a equação que estabelecia uma correspondência entre desenvolvimento social e crescimento econômico. Hirschman (1980) aponta que na época surgem estudos como os de Albert Fishlow que, baseado no censo de 1970, indicava que a distribuição de renda no Brasil havia se tornado mais desigual e que para os pobres a situação poderia até ter piorado em termos absolutos, apesar do impressionante crescimento. Uma situação que conduziu Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, baseado em neste dado e em dados similares de outros países, dá repercussão a gravidade dos problemas em discurso anual perante a junta de governantes de 1972 (HIRSCHMAN, 1980, p. 1076).

¹⁵ Para Hunt (1989) a década de 1970, contou ainda com o destacado interesse pela experiência de crescimento e do desenvolvimento levado a cabo pela China após a revolução em 1949, especialmente pelo fato de apresentar sucesso em combinar crescimento e mudança estrutural com aperfeiçoamento do bem estar de amplas massas, o que estaria alicerçado num modelo de desenvolvimento que teria como uma de suas principais características a estatização dos meios de produção ao que se conjugava a ampliação do nível de diversificação produtiva para a indústria pesada, de bens de consumo e para a agricultura e a utilização de tecnologias intensivas em mão de obra nas regiões rurais (HUNT, 1989, p. 74).

Para Hirschman (1980) desenvolveram-se a partir daí um conjunto de estudos que não se voltaram somente ao que se refere eminentemente à distribuição da renda, mas também dirigiram seu foco para o nível absoluto de satisfação de necessidades dos grupos mais pobres da população. “Assim nasceu o interesse pelas necessidades básicas, que constitui agora uma das preocupações principais da economia do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1980, p. 1076).

Para Hunt (1989), idêntica preocupação com crescimento econômico com equidade social que despertou o interesse pela experiência chinesa, resultou também, em fins dos anos 1970 e início dos 1980, na incorporação da orientação da satisfação das necessidades básicas das populações como objetivo do desenvolvimento como também na formulação de políticas. O que decorre da evidência de que políticas de redistribuição a partir do crescimento econômico não seriam suficientes para ampliar o bem-estar de milhões de pessoas que vivem na absoluta pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento.

Em 1976 a ILO apontou para o crescimento dos impasses nacional e internacional gerados pela elevação da pobreza. Em relatório de 1975 da *World Employment Conference* o diretor Geral da ILO propôs que todos os países dessem prioridade para que fossem supridas as necessidades básicas de todos os membros de suas populações até o ano 2000.

É com base neste tipo de indicações que, para Hunt (1989), se desenha o outro paradigma no campo das teorias do desenvolvimento: “o paradigma do atendimento das necessidades básicas”, cujos elementos principais poderiam ser, segundo ela, resumidos através das seguintes postulações.

“1. Desenvolvimento econômico não inclui crescimento meramente econômico mas um progresso fixo, mensurável e em direção da eliminação de pobreza absoluta e expansão contínua nas oportunidades de emprego e rendas dos pobres; 2 uma estratégia de desenvolvimento voltada primeiro para o atendimento das necessidades básicas possui fundações mais efetivas para crescimento contínuo que qualquer outra estratégia; 3. Isto se dá principalmente por causa de seu impacto na estrutura de demanda doméstica, associado a induzir investimentos; 4. Entre o alcance das conseqüências que fluem da reestruturação da demanda doméstica que é requerida em uma estratégia atendimento das necessidades básicas é um alívio dos dois constrangimento dominantes encontrado por estratégias tradicionais de industrialização por substituição de importações: o constrangimento da demanda doméstica e o constrangimento da balança de pagamento; 5. Uma redistribuição de recursos para os pobres também implicaria no aumento da mobilização produtiva e no momento do potencial de poupanças em pequena escala, e promover oportunidades para desenvolvimento técnico e de habilidades de inovação da força de trabalho; 6. Na agricultura uma expansão da produção em pequena escala e trabalho intensiva poderia conduzir a maior eficiência de uso de terra, reduzir a importação de maquinário e reduzir a importação de comida (e/ou incrementar as exportações agrícolas); 7. Comparado com outras estratégias de desenvolvimento, é provável que este padrão de desenvolvimento promova mais efetivamente a formação e desenvolvimento de capital e produção de bens intermédios dentro de países em desenvolvimento. O que seria parcialmente alcançado por adoção de métodos que envolvessem produção em pequena e média escalas e que fossem caracterizadas por trabalho relativamente intensivo. [...]; 8. Pode ser esperado que tal estratégia ajude promover comércio entre países em desenvolvimento quanto melhor se

destine ao atendimento das necessidades deles sendo igualmente produzido por eles; 9. Enquanto isso, a taxa de expansão de serviços essenciais também pode ser acelerada através de maior e mais imaginativo, barato e freqüente uso do trabalho intensivo” (HUNT, 1989, p. 77-78).

Segundo análise de Hunt (1989) há elementos significantes de uma abordagem estruturalista na metodologia analítica encarnada neste paradigma, havendo, contudo, nesta interpretação de desenvolvimento e de seus elementos chave de causalidade notadamente diferenças com o estruturalismo clássico. Lembra também que o paradigma do núcleo capitalista dinâmico é um paradigma de concentração de capital, o paradigma de necessidades básico é um paradigma que aposta de dispersão de capital. E como recomendações de política principais que seguem da preocupação de paradigma de necessidades básica ela indica como sendo:

1. Remoção dos impedimentos legais, institucionais e financeiros que discriminam contra a expansão de produção em pequena escala e trabalho intensiva.
2. Uso de um pacote de instrumentos de política para promover produção na pequena propriedade (reforma agrária, pesquisa agrícola, extensão, apoio crédito e para a comercialização);
3. Compromisso de mais recursos para pesquisa no desenvolvimento de tecnologias para produção em pequena escala, e trabalho intensiva em todos os setores nos quais é provável que estes sejam eficientes;
4. Expansão e revisão das tecnologias e métodos, do serviço público para alcançar os pobres mais efetivamente” (HUNT, 1989, p. 78).

Conceitos intermediários como caminho analítico para interpretação dos processos de desenvolvimento

Houve também, na segunda década de 1970 face as dificuldades de se fundamentarem do ponto de vista teórico os problemas decorrentes das especificidades no desenvolvimento dos países, do chamado terceiro mundo, tendo por base conceitos como os de imperialismo e dependência gestam-se críticas e sugestões que procuram incorporar novos elementos para darem conta de uma problemática que se complexifica crescentemente.

Lipietz (1988), por exemplo, argumenta que

“o imenso mérito dos teóricos do imperialismo ou da dependência reside principalmente no fato de que eles eliminaram o caráter apologético da fábula [das virtudes] do livre cambismo, apontaram que as diferenças, empiricamente incontestáveis, que existem entre vários espaços econômicos, são diferenças de riqueza e de poder, e mostraram que aqueles a quem interessa esse estado de coisas confiavam muito mais, para mantê-lo ou impô-lo, na mão invisível da corrupção ou na bota bem audível dos militares, do que na mão invisível do mercado” (LIPIETZ, 1988, p. 32).

Mas ao mesmo tempo argumenta que é preciso admitir o atraso das teorias da dependência ou do imperialismo em relação a uma evolução histórica que hoje é evidente. “Como freqüentemente ocorre, a remanência dessas teorias transfere parte da verdade para uma etapa concluída do processo histórico” (LIPIETZ, 1988, p. 65).

Para ele

“o imperialismo e a dependência, enquanto, estado de coisas são realidades: inclusive pode-se dar o nome que se quiser a uma realidade. Mas daí a dizer que esse regime se impôs aos países dominados, porque era necessário que alguns regiões assumissem a *função* de resolver os problemas do capitalismo, ou, pior, dizer que estas relações de dominação foram impostas na *intenção* de resolver estes problemas parece ser um grande passo” (LIPIETZ, 1988, p. 33),

não se deve confundir o resultado com a causa da existência, nem o conjunto de regularidades parciais que ‘formam sistema’ com um sistema que se desenvolve” (LIPIETZ, 1988, p. 34).

Estas críticas são parte das formulações que a escola conhecida como regulacionista¹⁶ - que não se insere estritamente dentro do campo das teorias de desenvolvimento - que desenvolveu esforços para adaptar o marxismo no sentido de contribuir para a formação de um conjunto de novos conceitos intermediários, que permitissem a passagem de níveis de análises extremamente abstratos para análises de fenômenos concretos. - neste esforço de incorporam-se também elementos de outros modelos teóricos como os presentes em Keynes.

Parte-se de constatações como a de que conceitos como o de modo de produção, apesar de explicitar as articulações entre relações sociais e organização econômica, por ser tão geral não pode ser imediatamente confrontado com as sociedades concretas, uma vez que seria raro que um modo de produção representasse a totalidade das relações sociais constitutivas de uma formação social. Tais indicações conduzem à busca de se construir noções intermediárias, tais como os conceitos de *regime de acumulação* e de *modo de regulação*.

O regime de acumulação entendido como a lógica macroeconômica que descreve um longo período com suas condições de produção - produtividade, grau de mecanização etc. - do uso da produção social e das condições da reprodução do trabalho assalariado. Envolvendo também, numa ‘formação econômica e social nacional’, a articulação entre o interior desta formação e aquilo que lhe é exterior. Já o modo de regulação seria a materialização do regime de acumulação, sob formas, normas costumes leis mecanismos reguladores, que assegure, através da rotina do comportamento dos agentes em luta uns contra os outros a unidade do processo, o respeito aproximativo do esquema de reprodução (LIPIETZ, 1988, p. 30).

O pós-guerra teria sido marcado pela consolidação de um novo regime de acumulação nos países da OCDE, o fordismo, que seria um

“regime de acumulação intensiva, centrado no consumo de massa, pôde se generalizar justamente porque um novo modo de regulação, monopolista, havia incorporado *a priori* na determinação dos salários e dos lucros nominais um crescimento do consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade” (LIPIETZ, 1988, p. 30).

Assistiu-se o aumento do poder de compra dos trabalhadores, pela incorporação dos ganhos de produtividade, além de crescente alienação, para o qual tem como um componente importante o

¹⁶ Da “escola da regulação” são expressivos trabalhos como os de Lipietz (1988); Aglietta, M (1989) e Coriat B (1994). Para um balanço ver Boyer, R. (1990), para uma exposição sintética consulte Saboia (1989) e para uma abordagem igualmente sintética e crítica consulte Possas (1988).

consumismo. Neste modo de regulação assume papel relevante os sistemas de seguridade social e o domínio da moeda crédito.

Para Lipietz os processos de industrialização parciais que se desenrolam no Terceiro Mundo, são decorrência de diversas formas de extensão de elementos da lógica fordista, que mesmo obtendo alguns sucessos iniciais inviabiliza-se a longo prazo na medida em que

“esse modelo de industrialização da periferia, por adoção parcial e frequentemente ilusória do modelo central de produção e consumo, porém sem a adoção das relações sociais correspondentes, fracassou efetivamente na sua inserção no ‘círculo virtuoso’ do fordismo central” (LIPIETZ, 1988, p. 77).

Tal fracasso se deve a não construção das relações de trabalho correspondentes às presentes nas áreas do fordismo central, a produtividade latente das formas de produção importadas não foram alcançadas e, vencida uma primeira fase na qual os investimentos implicavam num desembolso de pouco capital fixo, os custos com a mecanização da produção cresceram vertiginosamente; a permanência das limitações das dimensões dos mercados sem ampliação do poder aquisitivo das massas e da produção de bens manufaturados, apesar do baixo valor da força de trabalho, não ser competitiva em termos globais; e por fim, no que se refere ao comércio exterior esbarrou-se na barreira do déficit do comercial, no endividamento externo e na inflação interna uma vez que as o volume investimentos requeridos não eram compensados pelo crescimento das exportações de matérias-primas (LIPIETZ, 1988, p. 78).

Mas as teorias clássicas da dependência e do imperialismo não são suficientes para dar conta desta realidade, uma vez que se nesse fracasso, há inegáveis responsabilidade da dependência, esta responsabilidade deve ser relativizada e se deve procurar primeiramente na estrutura social interna de cada uma destas formações econômico sociais. Não se pode responsabilizar o imperialismo como o sendo arquiteto e mantenedor do subdesenvolvimento, na medida em que o desenvolvimento em cada país é, sobretudo, resultante de lutas de classes internas, o que não contradiz a existências de relações com o exterior decisivas para o funcionamento do regime de acumulação.

Para o entendimento das causas dos sucessos ou fracassos nos processos de desenvolvimento de cada país requer-se, portanto, que se estude

“cada formação social nacional em si, de descobrir nela [...] a sucessão de seus regimes de acumulação e de seus modos de regulação e de elaborar a análise concreta de sua expansão e de sua crise, nas quais as relações externas têm maior ou menor importância” (LIPIETZ, 1988, p. 35).

Para Lipietz (1988) nos anos 60 é perceptível uma difusão limitada do fordismo central, o que se deve a uma combinação de duas séries de fatores, uma delas decorrente da própria lógica do fordismo e da sua crise então latente, a saber: a procura de ganhos de produtividade via ampliação da escala de produção e pela procura de regiões que ofertassem força de trabalho com salários mais baixos ao que se conjugava a necessidade de que estes países fosse satisfeita uma condição interna: a existência de regimes políticos cujas classes dominantes disponham de uma mão-de-obra ‘livre e estejam dispostas a jogar com este trunfo, o que consistia a segunda série de fatores (LIPIETZ, 1988, p. 88-90). Dessa difusão parcial do fordismo central constroem-se uma enorme variabilidade de regimes de

acumulação, alguns deles - mesmo marcados por grandes diferenças entre si - são agrupados sob a denominação de fordismo periférico, uma vez que se trata de um

“verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis, ele, porém, permanece periférico no sentido de que, primeiramente nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação qualificada e principalmente de engenharia, permanecem em ampla medida exteriores a esses países. Por outro lado [...], o crescimento da demanda social [...]por bens duráveis é por certo antecipada, porém ela não é institucionalmente regulada numa base nacional em função dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas locais” (LIPIETZ, 1988, p. 97).

O fordismo tem a sua fase áurea estendendo-se até a segunda metade da década de 60, quando começam a erodir-se as bases da aceleração geral da acumulação. (LIPIETZ, 1988, p. 56), crise que é marcada pela quedas nas taxas de lucratividade das empresas (um aperto nos lucros) em decorrência da redução na velocidade de ampliação dos ganhos de produtividade. A partir daí os ganhos de produtividade não compensam mais o aumento da composição técnica do capital, combinou-se então a desaceleração do investimento e emprego, aumentando os gastos do Estado-Providência, abrindo-se as portas para uma crise de rentabilidade (LIPIETZ, 1988, p. 58).

Para Lipietz diante da crise do fordismo uma visão de mundo ganha projeção, tirando o essencial de sua força da própria crise fordista, trata-se do ‘liberal-productivismo’, que em linhas gerais apresenta o discurso de que

“há uma ‘revolução tecnológica’ em curso. Mas, nos anos 70 os ‘rigores’ impostos pelo Estado e pelos sindicatos bloquearam seu livre desenvolvimento, ao privar as empresas de capacidade financeira, ao impedir as ‘dolorosas mas necessárias mutações’. Logo, livremo-nos desses rigores, deixemos de subvencionar os claudicantes, os serviços públicos burocratizados e ineficientes, imponhamos uma lata taxa de juros para dissuadir atividades não rentáveis. Assim, o livre jogo do mercado ditará automaticamente um novo modelo de desenvolvimento compatível com as novas tecnologias” (LIPIETZ, 1991, p. 58).

Para o autor o liberal-productivismo, ao assumir como discurso básico a concorrência internacional, aponta para a necessidade inexorável da ampliação da produtividade como alternativa de sobrevivência das economias nacionais frente aos demais países, mantendo-se portanto a lógica produtivista irresponsável do fordismo além de acentuar as desigualdades e problemas existentes.

Como alternativa (para os países vindos do fordismo) Lipietz (1991) apresenta uma proposta centrada na desalienação do trabalho, substituindo-se o consumismo de bens por consumo de tempo e por uma postura menos predadora em relação aos recursos naturais. Envolvendo assim a

“transformação das relações entre pessoas no trabalho, para um maior domínio dos produtores sobre sua atividade; redução da parte do tempo dedicado ao trabalho assalariado e, por conseguinte, recuo das relações mercantis no consumo e nos lazeres, em proveito da criação livre; escolha sistemática de tecnologias mais ecológicas, isto é, menos predadoras em relação aos recursos naturais, máxima reciclagem dos subprodutos da atividade humana, recuperação dos bairros vilas operárias em estado precário etc.; transformação das relações sociais diversas das salariais no sentido de recuo das hierarquias e primordialmente, no

sentido do feminismo e do anti-racismo; transformação das formas de solidariedade no seio da coletividade nacional, preterindo a repartição puramente monetária em proveito da subvenção de atividade auto-organizadas e de utilidade social negociada; evolução para formas de democracia de base mais orgânicas” e menos delegadoras; e questionamento das relações desiguais entre diferentes coletividades nacionais, no sentido de adotar relações mutuamente vantajosas entre comuninades mais auto-centradas” (LPIETZ, 1991, p. 86).

Transformação produtiva com equidade: a nova visão da CEPAL

Hoje o diagnóstico e as indicações para o incremento do desenvolvimento dos países da América latina e do Caribe prescritos pela CEPAL, Tanto o diagnóstico dos entraves ao desenvolvimento presentes nos países latino-americanos quanto as soluções indicadas para superar tal barreiras, estão baseados em supostos bastante distintos daqueles com os quais as posições da CEPAL que ganharam notoriedade e repercussão social nas décadas de 1950 e 1960.

O texto que, atualmente, é o principal ponto de referência das posições da CEPAL é o documento intitulado “*Transformación produtiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina e el Caribe en los años noventa*” publicado em 1990 e que passou a daí em diante a ser o eixo em torno do qual passaram a orbitar formulações da entidade. O documento apresenta, inicialmente, uma apreciação da crise que assolou as economias latino-americanas nos anos 1980 e a seguir sugere caminhos para o desenvolvimento da região, e ao fazer uma análise do quadro situação atual da América Latina indica que:

“os países da região iniciam o decênio de 1990 com o peso da inércia recessiva dos anos 80, com o enorme passivo de suas dívidas externas, e a presença fundamental da inadequação entre as estruturas de demanda internacional e a composição das exportações latinoamericanas e caribenhas” (CEPAL, 1990, p. 11).

Ao que se agregam uma série de insuficiências, dentre elas

“uma distância cada vez maior entre os intensos câmbios tecnológicos que estão ocorrendo no mundo e sua aplicação na região, o desgaste da capacidade financeira e de gestão dos governos, a frustração de um número ascendente de pessoas que busca incorporar-se ao mercado de trabalho, o mal aproveitamento dos recursos naturais e a depredação destes e do meio ambiente” (CEPAL, 1990, p.11) .

Diante deste quadro que implica na perda de recurso e dinamismo das economias regionais a CEPAL as propostas de desenvolvimento da CEPAL orbitam em torno de um elemento central que é a necessidade da transformação das estruturas produtivas da região, ao que se conjugaria um processo de crescente equidade social, estas transformações das estruturas produtivas por sua vez estariam diretamente relacionadas com a gestação do que a CEPAL denomina de competitividade autêntica.

Assim para a CEPAL num cenário de crescente globalização econômica a

“a competitividade internacional requer uma transformação produtiva baseada na crescente difusão e incorporação do progresso técnico ao processo produtivo. O progresso técnico é o fator que possibilita o crescimento com equidade e viabiliza a convergência da competitividade com a sustentabilidade ambiental” (CEPAL, 1990, p. 102).

Assim, para alcançar a transformação produtiva com equidade seria fundamental obter o domínio tecnológico e alcançar competitividade internacional, capacitando as economias latino americanas, dentro de um processo de globalização, terem condições de disputar mercados de bens industriais de elevado conteúdo tecnológico, o que permitiria a expansão das exportações em setores competitivos.

De forma que se inserem como tarefas necessárias para as economias latino-americanas na década de 1990:

melhorar a inserção internacional, favorecer a articulação produtiva e induzir uma interação criativa entre os agentes públicos e privados, e todo isso se orienta dentro do critério estratégico de gerar uma competitividade autêntica” (CEPAL, 1990, p. 16).

Assim a CEPAL reafirma de que o elemento central dessa estratégia é a busca de uma competitividade autêntica (CEPAL, 1990, p. 80), diferente daquela baseada em vantagens comparativas estáticas, mas uma competitividade alcançada mediante a incorporação dinâmica do progresso técnico, o que segundo a CEPAL só encontra possibilidade de viabilização como decorrência de articulação de um entorno infraestrutural e institucional apropriados para as empresas.

Assim

“no mercado internacional competem economias onde a empresa constitui um elemento crucial, que está integrado a uma rede de vinculações com o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, energética e de transportes, a relações entre empregados e empregadores, ao aparato institucional público e privado e ao sistema financeiro, enfim, está integrada a todo um sistema sócio-econômico (CEPAL, 1990, p. 16).

De tal maneira que a visão da CEPAL, localiza na capacidade competitiva das empresas um aspecto fundamental das economias nacionais nas disputas no mercado mundial, mas por sua vez esta capacidade competitiva está necessariamente articulada a um conjunto de fatores que produzem sinergias. Sendo decisivos na geração da base sistêmica de competitividade, a cooperação e o estabelecimento de sintonia entre as empresas e instituições privadas e públicas como uma forma de potencializar a produção tecnológica e a modernização das empresas. A difusão tecnológica seria marcada também por uma divisão interempresarial do trabalho, mediante a intensificação e ampliação de relações entre as empresas e setores a nível subregional e regional, estabelecendo a cooperação estreita entre empresas e governos. Recomenda, então, a CEPAL que

“para fortalecer um sistema nacional de inovações, convém por acento no caráter sistêmico do processo inovativo. A inovação tecnológica tem lugar em firmas, ou entidades determinadas, porém é possível estimular, mediante a ação de um conjunto de elementos que configuram o entorno da empresa” (CEPAL, 1990, p. 111).

A CEPAL aponta, ainda, que a política de transformação produtiva, por ela preconizada deveria ser atingida mediante a especialização de políticas para diversos setores, o que implica na seleção de áreas de intervenção governamental, nas quais se privilegiaria a reconstituição institucional do setor outorgando alta prioridade a inovação institucional do sistema produtivo. E, como na visão da CEPAL, cabe ao Estado nacional a condição de articulador de consensos sócio-políticos, este seria um dos consensos a serem articulados, produzindo-se assim “concentrações estratégicas” que seriam

“um conjunto de acordos do longo prazo, tanto explícitos como implícitos, entre o estado e os principais atores políticos e sociais a respeito dos objetivos instrumentais e das seqüência de políticas e inovações institucionais necessárias para alcançá-los” (CEPAL, 1990, p. 101).

A CEPAL, consegue visualizar assim aspectos de positividade na “industrialização tardia” de países da América latina e do Caribe, pois tal atraso, em termos temporais, representa oportunidades, até agora pouco utilizadas, que permitem a aprendizagem e incorporação nas novas atividades produtivas do acervo tecnológico disponível em termos internacionais (CEPAL, 1990, p. 16)

Em matéria de política comercial e cambial, a CEPAL preconiza a abertura gradual e o fomento a exportações industriais, o que necessariamente se articula com o processo de incorporação e difusão do progresso técnico. Descarta, portanto, o protecionismo, e o admite somente para alguns setores selecionados, que em médio prazo poderão gestar a capacidade de produzir vantagens competitivas no mercado internacional. De tal maneira que

“alcançar a transformação produtiva exige uma maior abertura da economia como meio de induzir aumentos de produtividade e de estimular a incorporação do progresso técnico” (CEPAL, 1990, p. 16).

Para Hurtienne (1994), tais postulações da CEPAL baseiam-se em formulações de autores próximos a OCDE e de seus diagnósticos que derivam da prática e das análises que remetem a acelerada mudança tecnológica e institucional como marco da economia mundial hierarquizada e com uma competitividade e especialização cada vez mais intensas. Tendo por base a “teoria da inovação” estas formulações afastam-se do neoliberalismo e desenvolvem seu modelo explicativo evolucionista das mudanças tecnológicas. Abordagens que desta maneira passam a incorporar

“orientações que até a pouco têm sido interpretadas como antagônicas, passando a constituir rasgos estruturais do ‘novo paradigma’, conjungando: competitividade e cooperação (entre empresas e instituições); globalização da economia e revalorização de políticas regionais, ou inclusive locais; fortalecimento dos mecanismos de mercado e processos politicamente regulados para melhorar as externalidades econômicas” (HURTIENNE, 1994, p. 67).

Contudo, Hurtienne (1994) aponta que tais enfoques apresentam alguns pontos débeis:

“em primeiro lugar, a obtenção de conhecimentos relativos ao caráter acumulativo, interativo e não linear da inovação não leva a alimentar recomendações políticas mais concretas. Em segundo lugar, continuam obscuras as categorias específicas de cada uma das determinantes da competitividade nos diferentes setores industriais e segmentos do mercado mundial, assim como o progresso de desenvolvimento da competitividade. Em terceiro lugar, tampouco está clara a significação que pode ter o conceito de competitividade sistémica para países em desenvolvimento de economia débil.” (HURTIENNE, 1994, p. 67).

Desenvolvimento: estratégias e seus (des)caminhos

O que se pode constatar contemporaneamente é que as variadas políticas e estratégias inspiradas em modelos ancorados em diversas proposições teóricas do que se costumou chamar “economia do desenvolvimento”¹⁷, uma após outra, acumularam fracassos. Foram igualmente frustrantes os resultados das políticas desenvolvimentistas preconizadas, na década de 1950, pela CEPAL¹⁸. Mesmo naqueles casos nos quais o modelo de “substituição de importações” voltado para o mercado interno possibilitou o acelerado crescimento econômico, como no brasileiro, isto se fez concomitantemente à enorme ampliação das desigualdades sociais. De maneira que, a empiria insistiu em desmentir a equação teórica que estabelecia uma correspondência entre “crescimento econômico” e “desenvolvimento social. A falência do modelo de substituição de importações, os impasses do estado empreendedor desenvolvimentista¹⁹, a fragilidade dos modelos de crescimento com distribuição (*basic needs*)²⁰, propiciaram que, a partir dos anos 1970, políticas neoliberais ganhassem peso. Forjadas como uma adaptação da ortodoxia neoclássica às situações dos “países subdesenvolvidos”, agarradas à idéia das virtuosidades da “liberdade de mercado”, propugnavam, como condição para se obter desenvolvimento, a necessidade da constituição de uma “eficiente estrutura de preços relativos”, o que implicava, obviamente, o menor engajamento possível do Estado na economia, a efetivação de políticas macroeconômicas voltadas a obtenção de superávits nas balanças comerciais e políticas de combate a inflação, cuja experiência prática também se encarregou de demonstrar a distância enorme entre os discursos, sendo os resultados destas políticas, articuladas em torno da ortodoxia neoliberal, de eficácia questionável de um ponto de vista estritamente econômico e desastrosos do ponto de vista social e ambiental.

A história continua, e novos “modelos de desenvolvimento” surgem e guiam ações políticas de inúmeros atores sociais. Converte-se em coqueluche o macro-regionalismo e a busca pela formação de grandes blocos econômicos como via de desenvolvimento.

Assim argumenta pertinentemente Altvater (1997) que

“de fato não existem somente diferentes ‘culturas capitalistas’ mas também diferentes paradigmas de desenvolvimento. Pode-se falar de um paradigma de política de desenvolvimento quando conceitos políticos, a estratégia de desenvolvimento e a orientação econômica ajustam-se de modo *coerente* à ordem monetária mundial e ao sistema hegemônico” (ALTVATER, 1997, p. 9).

Tendo por base em tal noção de paradigma do desenvolvimento Altvater elabora um quadro dos paradigmas e os articula a conceitos teóricos e políticos e outros aspectos relevantes que matizam as tentativas estratégicas de desenvolvimento.

¹⁷ Ver páginas 12 a 25

¹⁸ Ver páginas 26 a 39

¹⁹ Fiori (1995) indica que um dos principais problemas analíticos para se compreender as “desventuras” do nacional desenvolvimentismo foi o tratamento atribuído ao Estado “invariavelmente como uma dedução lógica [...] requerida pela estratégia de industrialização, não se tomando em conta a natureza das coalizões de poder em que se sustentava” (FIORI, 1995, p. 13).

²⁰ Ver página 40

Quadro com paradigmas de desenvolvimento

Conceitos teóricos	Conceitos políticos	Sistema monetário	Potência hegemônica	Política econômica	Estratégia
1. Economia política clássica	Livre comércio	Padrão ouro	Inglaterra	Automatismo do mercado (mundial)	Especialização (vantagens comparativas)
2. Economia nacional Escola histórica institucional	Proteção a <i>infant industries</i>	Padrão ouro	Contestação a hegemonia britânica	Mercado e protecionismo (nacional)	Protecionismos e fomento a indústrias
3. Keynesianismos “fordismo” (macro)	Regulação nacional e internacional	Padrão dólar/ padrão SDR	EUA	Intervenção estatal (nacional)	Substituição de importações; planejamento
4. Neoliberalismo (micro)	Desregulação global	Sem padrão; Concorrência	“ <i>After hegemony</i> ”	Desregulação (mercado mundial)	“ <i>outward looking</i> ”; adaptação estrutural
5. Mesoconomia “pós-fordismo”	Capacidade competitiva sistêmica	Macro regionalismo	Regionalização; “ <i>Burden sharing</i> ”	Mercado+pol. posicional (globo/região)	Soc. Civil; “ <i>outward looking</i> ”

Fonte: Altvater (1997, p. 10)

De tal modo que o olhar voltado para os resultados decorrentes das tentativas de desenvolvimento no passado recente, por um lado evidencia enorme descolamento entre as prescrições e os resultados concretos das políticas decorrentes das formulações teóricas que apostaram nas vicissitudes da modernização e do crescimento econômico, por outro, as teorias críticas - de diversos matizes - à dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo que buscam fornecer instrumentos teóricos capazes de possibilitar o entendimento do porquê da não-generalização da industrialização e dos níveis de consumo em escala global, ou mesmo inviabilidade de sua generalização em função de relações de mercado e de poder político em escala mundial, tendo por base a centralmente a noção de dependência e/ou imperialismo - apesar de suas contribuições -, apresentaram evidentes sinais de fadiga.

Arrighi (1997) após fazer uma análise da história recente e do quadro mundial desenhado a partir dos desdobramentos das tentativas estratégicas de desenvolvimento, argumenta que

“a economia mundial mostra padrões de estratificação e desenvolvimento que não podem ser explicados em termos de “modernização ou “dependência”. Certamente ambos os tipos de teoria poderiam reivindicar ter alguma relevância para uma explicação de uma ou de outra de nossas descobertas. Mas nenhuma das duas consegue fornecer uma explicação abrangente do padrão global ...” (ARRIGHI, 1997, p. 189).

Há, hoje, indiscutivelmente, desconforto social com os rumos dos processos de desenvolvimento, como também, evidências da lacuna analítica no que se refere ao instrumental de investigação das dinâmicas que envolvem o desenvolvimento, tanto por parte daquelas formulações que propugnam a

possibilidade das estruturas sociais que se desenvolveram em alguns países da Europa Ocidental e da América do Norte generalizarem mundialmente, quanto daquelas que criticam esta possibilidade.

Referências

- ALTVATER, Elmar. **Ilhas de Sintropia e exportação de entropia** - Custos globais do fordismo fossilístico. Belém: UFPA/NAEA, 1993. p. 3-54. (Cadernos do NAEA, 11)
- _____. **O preço da Riqueza**. São Paulo: Universidade Paulista, 1995.
- _____. Realidades possíveis na sociedade global. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997. p. 5-30.
- AMIN, Samir. O Comércio Internacional e os Fluxos Internacionais de Capitais. In AMIN, Samir *et al.*. **Imperialismo e comércio internacional (A Troca Desigual)**. São Paulo: Global Editora, 1981.
- _____. **O desenvolvimento desigual**. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- _____. Sobre a economia política do atraso. In: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2010. (Trabalho original publicado em 1952).
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **O capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. **A sombra da maioria silenciosa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- BOUDEVILLE, Jacques-R. **Les spaces économiques**. Paris: Press Universitaires de France, 1970.
- BOYER, Robert. **A teoria da regulação: Uma análise crítica**. São Paulo: Nobel. 1990.
- CARDOSO, F.H., FALETTO E.. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CASTORIADIS, Cornélio. **As encruzilhadas do labirinto II**. Domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CEPAL. **Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado**. Santiago do Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 1990.
- _____. **Organización industrial, competitividad internacional y política pública en la década de los años noventa**. Santiago do Chile: CEPAL/ ONUDI, 31 de dezembro 1993.
- CORIAT, Benjamim. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- EL SERAFY, Salah; LUTZ, Ernst. Environmental resource accounting: An Overview. In: **Environmental accounting for sustainable development**. UNEP: World Bank Symposium. 1989. p.1-7.
- EL SERAFY, Salah. The proper calculation of income from depletable natural resources. In: AHMAD; El Serafy, LUTZ. **Environmental accounting for sustainable development**. UNEP: WorldBank Symposium. 1989. p.10-18.

- EMMANUEL, Arghiri. A troca desigual. In AMIN S. *et al.*. **Imperialismo e comércio internacional** (A troca desigual). São Paulo: Global, 1981.
- FIORI, José Luis. **O vôo da coruja**: uma leitura não liberal da Crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: UERJ. 1995.
- FRANK, André Gunder. A agricultura Brasileira: capitalismo e o mito do Feudalismo. **Revista Brasiliense**, jan/fev, 1964.
- _____. **Capitalismo e subdesarrollo en America Latina**. Buenos Aires: Signos, 1970.
- _____. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Don Quixote. 1990.
- _____. **Teoria de la accion comunicativa**. Altea: Taurus. 1985. 1v.
- HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. **Estudos CEBRAP**, S. Paulo, n. 18, p.5-44, out./ dez. 1976.
- _____. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. Auge e ocaso da de la teoría económica del desarrollo. **El trimestre**,. Nueva Jersey: Instituto de Estudios Avanzados, n. 188, 1980.
- HUNT, D. Economic **Theories of Development**; An analysis of competing paradigms. New York: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LENIN, V.I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo: Ensaio Popular. In V.I.LENINE. **Obras escolhidas**, 3 ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1986. t.1.
- LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2010. (Trabalho original publicado em 1954).
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUXEMBURGO, A Acumulação de Capital: uma anticrítica. In: LUXEMBURGO, R., BUKHARINE **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa: Edições 70, 1976 (b).
- _____. **Acumulação de capital**: estudo sobre a interpretação do imperialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (a).
- MARINI, Rui Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI, 1969.
- _____. **Dialética de la dependencia**. México: Nueva Era. 1973
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. livro 1.
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. livro 3.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

- NORTH, Douglas C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques, (org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p.291-313. (Trabalho original publicado em 1955).
- NURKSE, Ragnar. Formação e utilização do excedente econômico: Problema operatório fundamental. In: PEREIRA, Luiz (org.). **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 174-189.
- _____. **Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados**. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- PERROUX, François. Os Pólos de Crescimento. In: **A Economia do Século XX**, Lisboa: Livraria Moraes, 1967.
- _____. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia Regional - Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.
- PINTO, Aníbal. Heterogenidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José (org.) **América Latina, ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POSSAS, M. L., O Projeto teórico da “Escola da Regulação”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 21, p. 195-212, 1988.
- PREBISCH, Raul. “El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principais problemas”. **Boletín Económico de América Latina**, v. 7, p. 1, 1962.
- _____. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.3, p. 47-111, set 1950.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. In: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2010. (Trabalho original publicado em 1943).
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (Um manifesto não comunista) . Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SABÓIA, João. Crise e regulação salarial fordista, In: AMADEO, Edward (org.). **Ensaio sobre economia política moderna**. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 195-210.
- SANTOS, Thetônio. **Socialismo o fascismo: El dilema latinoamericano**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1969.
- SERRA, J; CARDOSO. F.H.C. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrab**, n. 23, p. 34-80, 1979.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGEG/UFRJ, Delume Dumará . v. 1, n. 1, p. 06-22, 1996.
- _____. **Complexidade: O Novo paradigma das Ciências Naturais e sua contribuição para os debates sobre desenvolvimento**. Belém: NAEA, 1995. (Paper do NAEA, 41)
- SUNKEL, O. PAZ, P. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo Vienteuno, 1970.
- SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**, princípios de economia política marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- THOMPSON, Edward P.. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

VINER, Jacob. A Economia do desenvolvimento. In: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2010. (Trabalho original publicado em 1953).

Índice de autores

Aglietta, 42
Altvater, 51
Amin, 31
Arrighi, 3, 52
Baran, 32, 33
Boyer, 42
Cardoso, 32, 37, 38
Castoriadis, 6, 7, 10
CEPAL, 9, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 46, 47, 48, 50
Coriat, 42
El Serafy, 54
Faletto, 32, 37, 38
Fiori, 50
Frank, 31, 33, 34, 35
Furtado, 27, 28, 31, 36, 37
Habermas, 6
Hirschman, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 28, 39
Hunt, 15, 28, 30, 31, 37, 39, 40, 41
Hurtienne, 48, 49
Keynes, 42
Lênin, 11
Lewis, 15, 18, 28
Lipietz, 41, 42, 43, 44, 45
Lösch, 22
Luxemburgo, 11
Marini, 33, 35, 36
Marx, 11, 12, 18, 32
McNamara, 39
Myrdal, 19, 20
North, 22, 23, 25
Nurske, 13, 14, 20
Palander, 22
Pinto, 29
Prebisch, 25, 26, 27, 28
Prebish, 28
Quijano, 32
Ricardo, 11
Rosenstein-Rodan, 12, 13, 14, 15
Rostow, 15, 16, 17, 18
Samuelson, 11
Santos, 31, 33
Smith, 28
Souza, 6
Sunkel, 32, 36
Sweezy, 32
Thünen, 22
Trotsky, 11
Viner, 30
Weber, 22

